



FRAGMENTE

REVISTA ESCOLAR DE FILOSOFIA E PSICOLOGIA
MAIO 2015

Redação: Rua Rodrigo da Fonseca, 115 - 1099-069 Lisboa - Tel. 21 384 19 10 / 21 384 19 18 - Fax: 21 386 39 85 E-mail: esmavc@mail.telepac.pt



Beatriz Félix

FRAGMENTE

Revista Escolar de Filosofia e Psicologia

Ficha Técnica:

Colaboram neste Número:

Alfredo Natal, Amaro da Silva, Ana Goulart, Ana Marta Capaz, Artur Anselmo Assunção, Carolina Santos, Catarina Pereira, Cláudia Marques Contreiras, David Almeida, David Gravanita, Diogo Martins, Duarte Machado, Filipe Pereira, Francisco Sousa Santos, Gonçalo Naves, Inês Roberto, Jéssica Marques, Joana Catarina Fernandes, Maria Inês Sousa, Martina Barata, Miguel Mauritti, Raquel Domingues, Rafael Cunha jóia, Raquel Domingues, Rita Atalaia, Sara Sequeira, Teresa Cabral e Tiago Costa

Imagens: Ana Aguiar, Ana Ferreira, Ana Rita Jorge, Ana Rita Santos, Beatriz Félix, Beatriz Marques, Bernarda Bernardo, Bernardo Pires, Bernardo Prisco, Brenda Côrte, Bruna Carvalho, Camila Sanz, Carlota Barros, Carolina Rosa, Carolina Teixeira Silva, Catarina Pereira, Daniela Costa, Daniela Oliveira, Diogo Canto, Duarte Bonniz, Filipa Carvalho Dias, Filipa de Sousa, Francisca Haour, Gabriella Menezes, Gisele Ramos, Inês Aragão, Inês Coelho, Irina Ribeiro, Joana Augusto, Joana Castanheira, Joana Lourenço, Joana Ratão, Joana Rosa, João de Brito, João Gouveia, João Tacanho, José Silva, Laura Mendes, Mafalda Nunes, Manuel Coelho, Marcelino Messias, Maria Beatriz Alves, Margarida Lobato, Maria Beatriz Serpa, Maria Carolina Correia, Maria Carolina Nunes, Maria Leonor Sousa, Mariana Elias, Mariana Esteves, Martim Ribeiro, Miguel Ludwick, Paulo Ferreira, Rafael Vasconcelos, Rita Alexandra Ramos, Rita Gracias, Rita Castel-Branco, Sara Fernandes, Simão Loureiro, Sofia Fernandes, Vanessa Amaral, Wilson Lopes

Fotografias e Grafismo: João Soares Santos

Impressão: Matriz Radical - Impressão e Soluções Digitais, Rua 1.º de Maio, n.º 2 - Loja A - 2695-728 São João da Talha
Tel. 219 559 154 e-mail: geral@matrizradical.pt
Tiragem: 200 Exemplares

Sumário

Fragmentapresentação	
Alfredo Natal e Amaro da Silva.....	4
IV Olimpíadas Nacionais de Filosofia 2015	
Ana Goulart e Amaro da Silva.....	5
Uma Questão de Justiça Distributiva I	
Tiago Costa.....	7
Uma Questão de Justiça Distributiva II	
Francisco Sousa Santos.....	10
Uma Questão de Justiça Distributiva III	
Ana Marta Capaz	12
Uma Questão de Justiça Distributiva IV	
Miguel Mauritti.....	15
Uma Questão de Justiça Distributiva V	
Filipe Pereira	17
Uma Questão de Justiça Distributiva VI	
Raquel Domingues	19
Relativismo Moral I	
Martina Barata	21
Relativismo Moral II	
Duarte Machado.....	23
Relativismo Moral III	
David Gravanita	25
Relativismo Moral IV	
Teresa Cabral	26
Questões de Filosofia Moral	
David Gravanita	28
Existem Regras Morais Absolutas?	
Francisco Sousa Santos	32
Feminismo e Ética dos Afectos	
Rita Atalaia.....	36
Uma Visão da Filosofia	
Carolina Santos, Catarina Pereira, Inês Roberto e Jéssica Marques.....	40
A Vida de um Cientista	
Artur Anselmo Assunção e Joana Catarina Fernandes.....	41
Turma sem Negativas	
David Almeida e Diogo Martins.....	43
Coadoção Homossexual	
Maria Inês Sousa	46
Biológico ou Espiritual	
Cláudia Marques Contreiras	49
Será que Podemos Condicionar O Comportamento das Pessoas?	
Rafael Cunha Jóia	51
Será o Ser Humano um Produto do Meio?	
Sara Sequeira	53
Era Uma Vez um Mundo Preto	
Gonçalo Naves	54

Director:
Amaro Carvalho da Silva
Conselho Editorial:
Professores de Filosofia e Psicologia da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho
Coordenadores:
Amaro Carvalho da Silva
Alfredo Azevedo Natal
Gertrudes Santos
Coordenadores Sectoriais:
Amaro da Silva
Ana Goulart
Carlos Marques
Gertrudes Santos
Luís Gouchó
Paula Pires



Carolina Rosa



Rita Castel-Branco



Filipa de Sousa

FRAGMENTAPRESENTAÇÃO

Alfredo Natal e Amaro da Silva

De novo a Fragmente! A sétima! Publicada sem interrupções desde 2009, a Fragmente resulta do empenho do grupo de professores de Filosofia e Psicologia da ESMAVC (Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho) que continua a funcionar como um grupo de trabalho conjugando mais uma vez todos os esforços para conseguir a edição desta revista. Aliás, a sua publicação significa e revela, antes de tudo, a partilha sem reservas de um projeto pedagógico que se tem afirmado para lá das paredes da ESMAVC.

Sete é também um número com forte carga simbólica, mesmo filosófica. É um número que indica um ciclo e nos convida a olhar para o caminho percorrido. Assim, se fizermos tal exercício, devemos, em primeiro lugar, um agradecimento aos alunos-autores, os verdadeiros artífices da revista ou seja os que fizeram os textos e os que elaboraram as ilustrações. Refira-se que os alunos de Artes não só criaram objetos estéticos como serviram de modelos para as fotografias dos seus objetos. E também reproduziram em desenho algumas peças do Museu de Biologia-Geologia, uma forma muito interessante de se divulgar o Património Pedagógico e Científico existente na ESMAVC Independentemente do aspeto, a Fragmente foi e é uma revista inteiramente produzida pelos alunos de Filosofia e Psicologia e do domínio das Artes. Nasceu para eles, mas foi feita por eles em colaboração interdisciplinar.

Seria injusto não assumirmos aqui um especial agradecimento ao professor João Soares Santos, da área das Artes que, como tem acontecido desde o n.º 5, continua a ser o paginador e o ilustrador da revista. Também cumpre explicitar e agradecer os preciosos apoios da Direção da Escola Secundária Maria Amália (ESMAVC), da Associação de Pais da Escola Secundária Maria Amália (APESMAVC) e da Junta de Freguesia de Campolide. Sem estes apoios não seria possível a revista Fragmente. Julgamos que é nesta colaboração que se ganha o sentido de Comunidade Escolar.

Em termos de conteúdos, e como já é tradicional, a revista apresenta textos de Filosofia e de Psicologia. Os primeiros textos a aparecer nesta edição são dos alunos da ESMAVC participantes na prova de pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais que se realizou na ESMAVC no dia 4 de março. Estes textos-ensaios, realizados em estilo de prova com a duração de 90 minutos, falam-nos de Relativismo Moral e de Justiça Distributiva. Esta prova de pré-seleção destinou-se a escolher dois alunos para representarem a ESMAVC nas IV Olimpíadas Nacionais que este ano decorreram em Montemor-o-Novo nos dias 17 e 18 de abril. Em seguida aparecem fragmentos de Filosofia Moral e algumas reflexões pedagógicas. Depois temos um bom lote de textos sobre problemas relativos à área da Psicologia. Terminamos com um texto intitulado “Era uma vez um mundo preto”.

Não nos vamos despedir. Porque achamos que o prazer da leitura desta revista irá levar o leitor a desejar mais, dizemos somente: Até à oitava!

Lisboa, maio 2015

IV OLIMPIADAS NACIONAIS DE FILOSOFIA 2015

Ana Goulart e Amaro da Silva

Mais uma vez a PROSOFOS (Associação para a Promoção da Filosofia) organizou as IV Olimpíadas Nacionais de Filosofia, desta vez na Escola Secundária de Montemor-o-Novo onde decorreram nos dias 17 e 18 de abril. Participaram 74 alunos, 39 professores corretores (júri nacional) e 36 escolas:

- Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal
- Escola Artística António Arroio
- Escola Secundária Públia Hortênsia de Castro
- Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves
- Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho
- Agrupamento de Escolas de Carrazeda de Ansiães
- Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques
- Escola Secundária de Vergílio Ferreira
- Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado
- Agrupamento de Escolas Ibn Mucana
- Colégio de Amorim
- Didáxis - Cooperativa de Ensino
- Colégio Pedro Arrupe
- Escola Secundária Camilo Castelo Branco
- Escola Secundária de Santa Maria
- Escola Secundária José Saramago
- Colégio Cedros
- Colégio Valsassina
- Escola Secundária Lima de Faria
- Agrupamento de Escolas Pioneiros da Aviação Portuguesa
- Escola Secundária do Cartaxo
- Colégio da Imaculada Conceição
- Escola Secundária com 3.º Ciclo de Paços de Ferreira
- Agrupamento de Escolas de Castro Daire
- Escola Secundária José Belchior Viegas
- Escola Secundária Damião de Goes
- Agrupamento de Escolas Latino Coelho
- Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian
- Colégio Guadalupe
- Escola Secundária de Montemor-o-Novo
- St. Peter's School
- Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro
- Escola Secundária de Tomaz Pelayo
- Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho - Lisboa
- Agrupamento de Escolas Soares Basto
- Agrupamento de Escolas Júlio Dantas

O programa para os dois dias, para professores e alunos, foi muito variado e muito bem preenchido com a realização das provas e o desenvolvimento de atividades de sentido lúdico, cultural e filosófico.



Diogo Canto



Maria Beatriz Serpa



Cerimónia de Abertura da IV Olimpíada Nacional de Filosofia em Montemor-o-Novo



«Os participantes e professores e todos os que, de alguma forma, contribuíram para tornar as ONF 2015 o melhor dos mundos possíveis! - em Montemor-o-Novo»



Gisele Ramos

17 de Abril – Sexta-feira Alunos	17 de Abril – Sexta-feira Professores
13.30: Chegada dos participantes e receção 13.45: Cerimónia de abertura 14.45 – 17.45: Realização da prova em língua portuguesa 18.15 – 20.20: Peddy-Papper em Montemor 20.30: Jantar e atividades recreativas	13.30: Chegada dos participantes e receção 13.45: Cerimónia de abertura 15.00: Workshop de Avaliação 16.15: Conferência: O que é a Arte? Forma, Representação e Sensibilidade (Prof. Doutor Carlos João Correia) 18.00 – 20.20: Avaliação das Provas em Língua Portuguesa (1.ª fase) 20.30: Jantar e atividades recreativas
18 de Abril – Sábado Alunos	18 de Abril – Sábado Professores
8.30: Pequeno-almoço 9.15: Saída para a Biblioteca Municipal 9.30: Workshop <i>A História da Filosofia em Portugal</i> (Dr.ª Teresa Fonseca) 10.30: Regresso à escola 10.45: Workshops Filosóficos 12.30: Almoço na Escola Sec. de Montemor-o-Novo 14.00: Informação dos alunos selecionados para realizar a Prova em Língua Estrangeira 14.15: Speedthinking e início da Prova em Língua Estrangeira 16.30: Comunicação dos resultados e Cerimónia de Encerramento	8.30: Pequeno-almoço 9.30 – 12.00: Avaliação das Provas em Língua Portuguesa (2.ª fase) 12.15: Início da avaliação das Provas em Língua Portuguesa pela Comissão Científica 12.30: Almoço com prova de vinhos oferecida pela Quinta da PLANSEL 14.00: Informação dos alunos selecionados para realizar a Prova em Língua Estrangeira 14.30: Atividades Lúdicas e Culturais 15.30: Correção das Provas em Língua Estrangeira 16.30: Comunicação dos resultados e Cerimónia de Encerramento

Pela empenhada participação de alunos e professores nas diversas atividades do programa pode afirmar-se que o grande valor desta iniciativa está tanto na promoção da Filosofia como no convívio entre colegas que começam a integrar com prazer, no seu trabalho e na sua vida pessoal, este encontro anual. Refira-se que muitos despediram-se com um “até para o ano”.

O acolhimento feito pela escola e o apoio prestado pela Junta de Freguesia e Câmara Municipal são dignos de realce e elogio, havendo a destacar um belíssimo jantar de boas vindas.

Na organização desta iniciativa distinguiu-se a professora de Filosofia Cristina Ferreira e um grupo de alunos da escola que prestaram um excelente serviço de apoio. Também deve mencionar-se a constante presença e atenção da Diretora de Agrupamento que quis zelar pelo bom andamento de todos os trabalhos e os relevantes serviços prestados por muitos professores da escola no auxílio à vigilância das provas, na correção das provas em língua estrangeira e no apoio informático.

Quanto à correção das provas registou-se um grande consenso nas classificações, já que não foi necessário, em nenhum caso, recorrer ao desempate.

Os prémios atribuídos foram os seguintes:

1.º lugar – medalha de Ouro: Maria João Robalo Portijo e Silva (Escola Secundária do Cartaxo)

2.º lugar – medalha de Prata: Sofia Cavaca Avelino (Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado)

3.º lugar – medalha de Bronze: Alexandre Silva M. R. Eira (Escola Secundária de Vergílio Ferreira)

Foram também atribuídas onze menções honrosas (ordem alfabética): Ana Rita Gonçalves Gouveia (Agrup. de Escolas de Castro Daire), Beatriz Reis Fontes Ramos Lopes (Escola Sec. de Montemor-o-Novo), Cátia Patrícia Nunes Bastos (Escola Básica e Sec. Dr. Vieira de Carvalho), Duarte Ricardo Oliveira Saraiva (Agrup. de Escolas Ibn Mucana), Inês Filipa Santos Monteiro (Escola Sec. Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves), Madalena dos Reis Mendes Martins de Almeida (Agrup. de Escolas de Alcácer do Sal), Maria Beatriz Picas de Carvalho Magalhães (Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian), Miguel Micaela Bengala (Colégio Valsassina), Nuno Rafael Brilha Romão Gomes (Escola Sec. Damião de Goes), Patrícia Alexandra Cabral da Silva (Escola Sec. do Cartaxo) e Rita Margarida Borges Anastácio (Escola Sec. de Montemor-o-Novo).

As alunas premiadas com ouro e prata vão às Olimpíadas Internacionais de Filosofia a realizar, entre 14 e 18 de maio, em Tartur (Estónia).



Pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais de Filosofia

Tópico: Cristiano Ronaldo, graças ao seu talento natural e ao trabalho que desenvolveu nos treinos ao longo dos anos, acumulou uma fortuna considerável. Essa fortuna foi acumulada por meios legítimos. As pessoas pagam livremente bilhetes para vê-lo jogar e as empresas pagam-lhe livremente para que ele publicite os seus produtos. Há quem ache que Cristiano Ronaldo, e outras pessoas como ele, têm a obrigação moral de ajudar as pessoas mais desfavorecidas. Mas há também quem ache, além disso, que o Estado tem legitimidade para exigir esse dever moral de solidariedade aos mais ricos (sujeitando-os a impostos mais elevados), tornando a obrigação moral (que cabe apenas à pessoa em causa avaliar) numa obrigação política (obrigação sob ameaça do poder punitivo do Estado). Há, no entanto, quem pense que o Estado, ao obrigar os mais ricos a pagar mais impostos para fins de redistribuição (para construir, por exemplo, hospitais públicos, escolas públicas, etc.), está a cometer um roubo e uma imoralidade, pois está a invadir um direito individual das pessoas (o de fazerem aquilo que entendem com o que é legitimamente seu). O que estas pessoas dizem é qualquer coisa deste género: se o Cristiano quiser ajudar as pessoas pode fazê-lo e, se calhar, é isso que dever fazer; mas se não quiser fazê-lo o Estado não tem o direito de o obrigar, pois se o fizesse comportar-se-ia como alguém que quer fazer solidariedade com o dinheiro dos outros. Qual lhe parece a posição mais razoável?»

Uma Questão de Justiça Distributiva I

O que torna um bem legitimamente propriedade de alguém?

Tiago Costa

Ensaio da pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais de Filosofia realizado na ESMAVC em 4-3-2015. 1º classificado.

O direito à propriedade é, na maior parte das sociedades ocidentais, um direito constitucional e, mais importante talvez, um valor moral aceite pela sociedade. Qualquer direito é, ou pelo menos devia ser, universal, o que significa que, ao tratar deste tema, ponho a seguinte questão: seria igualmente correto da parte do Estado, seguindo a mesma lógica do exemplo de Cristiano Ronaldo, tirar parte do dinheiro dos indivíduos, para o qual estes trabalham arduamente, para satisfazer as necessidades de terceiros?



Filipa de Sousa



Inês Coelho e Rita Gracias



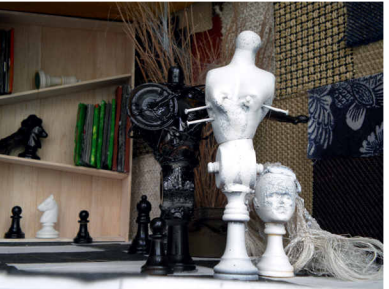
Joana Ratão



Francisca Haour



Joana Ratão



Inês Coelho e Rita Gracias

A resposta parece ser óbvia: os impostos, que todos os trabalhadores pagam, são uma contribuição de cada indivíduo. Podemos, no entanto, encontrar uma discrepância entre países no que toca a esta questão – por exemplo, nos Estados Unidos, os cidadãos pagam impostos que são, maioritariamente, destinados à defesa, à segurança e à manutenção do equipamento público; em Portugal, por outro lado, os nossos impostos financiam o sistema nacional de saúde, milhares de escolas públicas por todo o país, as várias divisões do exército, etc. Muitos autores, no entanto, vêm nos impostos uma violação do direito de propriedade de cada indivíduo e um desrespeito pelo trabalho dos contribuintes.

À questão da contribuição individual para o Estado encontramos várias respostas. Autores como Nozick – que apresentou um exemplo semelhante ao apresentado para esta prova – defendem que o Estado, ao exigir contribuições dos seus contribuintes, está a violar os direitos dos indivíduos. Nozick defende que apenas os bens obtidos através de transações legítimas pode ser legitimamente propriedade de um indivíduo ou de uma instituição. A isto eu acrescento que nenhuma transação entre um cidadão e o respetivo Estado é legítima a não ser que o dito cidadão participe num contrato social legítimo. Ora, apesar de pessoas de outras cidadanias terem de jurar as leis e constituição à nação a que querem passar a integrar (participando, inequivocamente, num contrato social legítimo que os submetem aos deveres da nação da qual passam a fazer parte), a maioria dos cidadãos de uma nação não participaram em qualquer tipo de contrato social.

Imaginemos que um adolescente de 17 anos, cujos pais têm um rendimento acima da média, passou toda a sua vida a pagar, com o dinheiro dos seus pais, todos os serviços que o Estado fornece. Frequenta o ensino privado, utiliza hospitais privados, utiliza infraestruturas pertencentes a fornecedores do mercado livre de energias. Os impostos dos seus pais são, portanto, utilizados para bens e infraestruturas das quais não usufrui. Será que neste caso os impostos pagos o são justamente, visto que não são utilizados para seu proveito? Será que não poderia melhorar o seu próprio nível de vida e o de outros que necessitam se não tivesse que pagar imposto ao Estado?

Muitos autores apresentam respostas a estas perguntas que seguem um caminho diferente do de Nozick. Autores como John Rawls defendem que a sociedade é um todo e ações que valorizem mais o bem individual do que o bem da sociedade são imorais e rompem com o bom funcionamento de qualquer sociedade que procura ser justa. Numa sociedade rawlsiana os bens de cada indivíduo devem ser utilizados para tornar a sociedade mais igualitária e mais justa em termos de oportunidades independentemente das circunstâncias. Este autor assume, portanto, a posição de que devemos contribuir para uma sociedade justa, quer isso implique entregar uma parte pouco significativa dos rendimentos ao Estado ou ficar reduzido a parte dos rendimentos para que outros, teoricamente, possam ter as mesmas oportunidades que aqueles com circunstâncias mais favoráveis que as suas.

Esta posição, mais igualitária do que liberal apresenta, no entanto, um problema que reside no esforço de cada indivíduo. Será justo pôr em pé de igualdade uma pessoa que tenha dois empregos e que ponha em causa a sua saúde com alguém que trabalha 7 horas por dia num cargo em que trabalho é mais simples do que aquele da pessoa referida em primeiro lugar? Estas duas pessoas apresentam níveis de trabalho bastante diferentes – a primeira trabalha mais horas e trabalha mais arduamente enquanto que a segunda trabalha poucas horas a executar tarefas menos desafiantes – no entanto, numa sociedade como a que Rawls propõe, poderia acontecer que estes dois indivíduos estivessem em pé de igualdade.

No caso de Cristiano Ronaldo, sou defensor da primeira tese que apresentei: se o Estado decidir retirar a fortuna que Cristiano Ronaldo adquiriu através de transações legítimas entre ele e os seus fãs, “[...] se não quiser [ajudar as pessoas] o Estado não tem o direito de o obrigar [...]” . Seria imoral retirar um bem que é legitimamente deste futebolista para distribuí-lo por outros. Imaginemos que, ao invés do Estado retirar o dinheiro deste cidadão, decidia retirar-lhe a mansão para fazer dela uma casa de acolhimento para sem-abrigo. O senso comum diz que isto seria errado, pois a casa do Cristiano Ronaldo é um bem que este adquiriu legitimamente com dinheiro que foi merecido, graças ao seu trabalho e empenho durante anos. Qual é a diferença entre a casa e o dinheiro do Cristiano Ronaldo? Ambos são bens legitimamente obtidos mas, no entanto, retirar um e distribuir por terceiros parece ser moralmente permissível enquanto que o outro não.

Confrontado com este caso, Hobbes apontaria que se fosse estabelecido um acordo entre ambas as partes, cujas condições teriam de ser do agrado de ambos, então, só aí, seria a ação do Estado de tirar o dinheiro do Cristiano Ronaldo moralmente aceitável. Se, no entanto, este bem for retirado ao seu dono legítimo sem que este o consinta, então esta ação seria moralmente condenável.

Uma questão pertinente a colocar-se é, o que torna um bem legitimamente propriedade de alguém? A propriedade de um indivíduo é, como definido anteriormente, qualquer bem que seja obtido por via legítima mas pode ser questionado o que constitui uma via legítima de se obter seja o que for. No caso de um salário, temos presente um bem obtido através do cumprimento das cláusulas de um contrato legal entre duas partes, quem oferece o serviço e quem dá o dinheiro em troca de ser prestado esse serviço; um funcionário que não cumpre o que está estimulado no seu contrato de trabalho não pode exigir o seu salário, recebê-lo seria incumprimento do contrato estabelecido. Um bem pode também ser obtido através de uma troca legítima. No entanto nem todas as trocas constituem uma troca legítima. Uma troca só pode ser tomada como legítima se ambas as partes, a que oferece e a que recebe, estiverem em plena consciência das condições da troca e não houver enganar ou qualquer tipo de constrangimento aquando da troca. Uma última forma que considero ser legítima para a obtenção de um bem é quando este bem é voluntária e inequivocamente oferecido de uma parte a outra.

Podemos utilizar o exemplo do território americano como exemplo para um bem que não foi obtido legitimamente. Os originais donos do espaço ocupado pela nação americana desde 1786 são os índios ou nativos americanos. Esta terra não foi oferecida, como muitos senhorios o foram durante a Idade Média, ou obtida através de uma troca legítima, como é o caso da compra do Alasca à União Soviética na década de 90, mas sim conquistada, obtida pelos britânicos e posteriormente pelos americanos sem o consentimento dos seus donos originais. Isto torna a posse do território continental americano ilegítimo, pois a sua obtenção não foi legítima.

Conclui-se, portanto, que Cristiano Ronaldo poderia doar todos os seus bens e trabalhar toda a sua vida para que outras pessoas vivessem bem enquanto ele mesmo vivia na miséria mas isto apenas seria uma ação moralmente aceitável pela parte do Estado se esses bens fossem obtidos por vias legítimas. No entanto, este indivíduo não está sobre qualquer obrigação, senão talvez a moral, a ceder os seus bens ao Estado, para que propósito for, e qualquer obrigação legal é imoral e um ataque aos direitos individuais deste homem. O direito à propriedade sobrepõe-se assim à necessidade social de igualdade e à necessidade do Estado de constranger, quer por via legal ou não, os seus cidadãos a contribuir para uma sociedade igualitária.



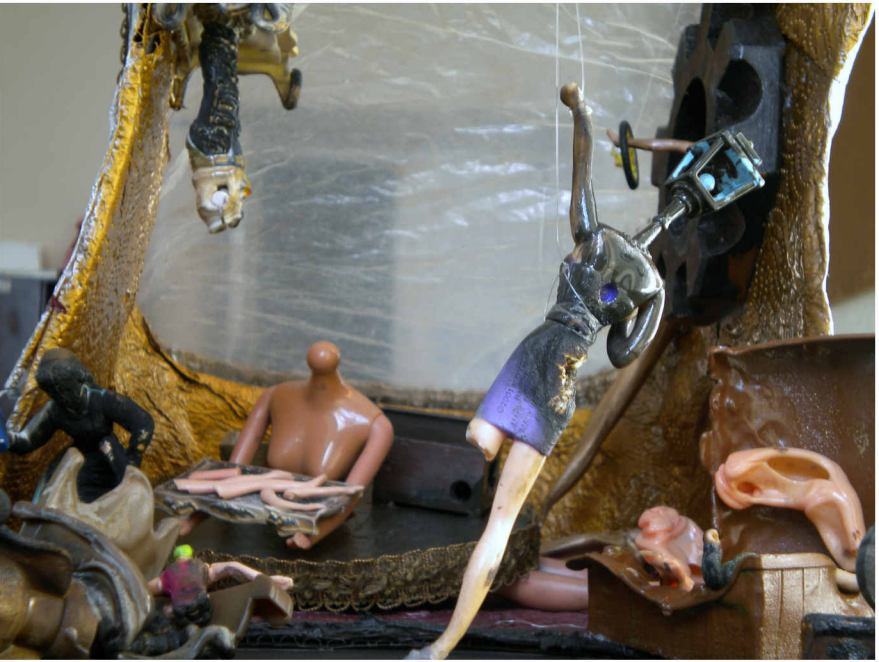
João Gouveia e José Silva



João Gouveia e José Silva



Beatriz Marques



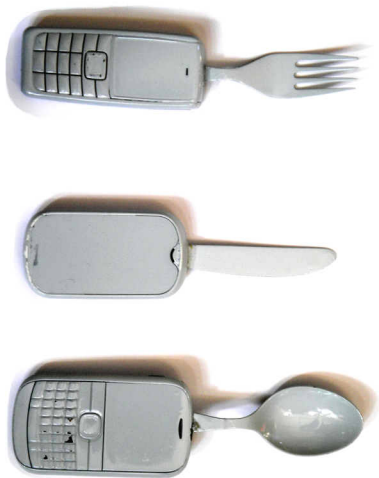
Bernarda Bernardo



Inês Coelho

Uma Questão de Justiça Distributiva II

Embora haja factos morais e com eles obrigações morais, isso não implica que tenhamos o direito de forçar alguém a seguir estas obrigações morais.



Maria Carolina Nunes

Francisco Sousa Santos

Ensaio da pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais de Filosofia realizado na ESMAVC em 4-3-2015.

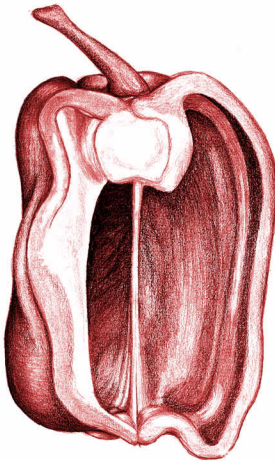
Ensaio seleccionado para as ONF.

Perante este caso, a posição mais razoável será a de não criar impostos especiais para estas pessoas e deixar a decisão de ajudar os mais desfavorecidos à sua responsabilidade, embora tenham uma riqueza maior do que a de muitas outras e tenham eventualmente o dever moral como qualquer outra pessoa de ajudar os mais desfavorecidos.

Primeiramente, é posto em causa se agir de acordo um dever moral é algo que deve apenas ser avaliado pelo agente da acção ou se pode ser uma obrigação estabelecida por alguém ou por uma entidade pública. Podemos pensar que sim, sendo algo que devemos fazer, e a maneira mais correta de agir, então porque não torná-la uma obrigação política, visto que já antes era uma obrigação moral. A questão é que embora pareça que pouco ou nada mudamos, existe uma diferença entre obrigação política e obrigação moral. Além desta situação, temos o facto de que agir de acordo com uma obrigação moral é algo que cabe apenas ao agente da acção avaliar.



Filipa Carvalho Dias



Ana Ferreira

Desde que nasceu a filosofia que se tenta definir ou chegar a um consenso sobre o que é a moralidade. No entanto, até hoje ninguém pode afirmar que tem uma definição incontestável de moralidade. Isto deve-se ao facto de ser algo muito subjectivo e de ser também um conceito que nos faz questionar sobre tudo o que fazemos na nossa vida. Tendo em conta a subjectividade da moralidade podemos então afirmar que, embora haja factos morais e com eles obrigações morais, isso não implica que tenhamos o direito de forçar alguém a seguir estas obrigações morais. Pois a verdadeira moralidade de uma acção provém da possibilidade ser realizada de livre vontade e não de um constrangimento ao qual estivéssemos obrigados ou por alguém ou por algum interesse. Parece-me então que ao forçarmos alguém a agir de acordo com uma obrigação moral estamos então a retirar a essência da moralidade desta acção.

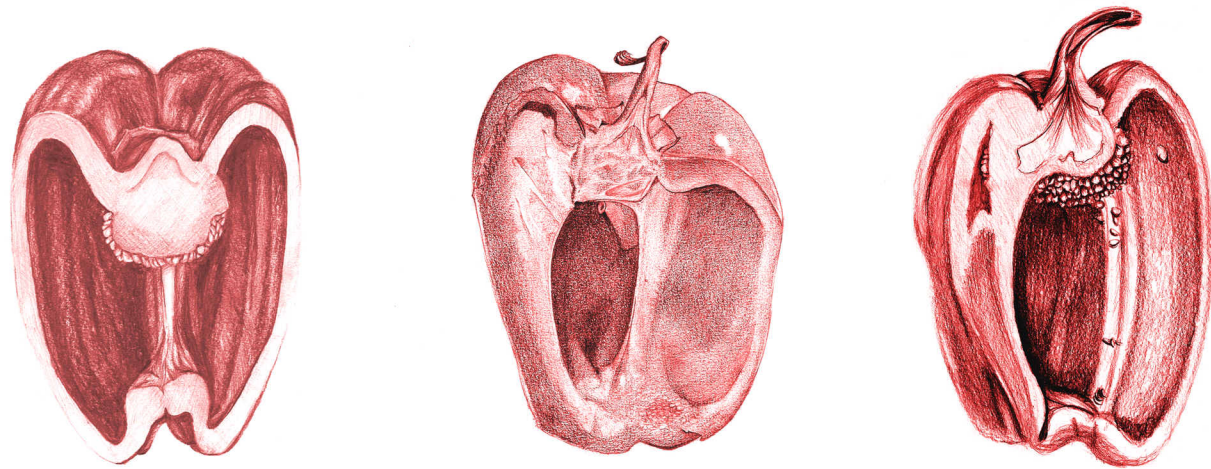
Será possível avaliar esta acção em termos morais uma vez que nos é posta como obrigação política? Esta é uma questão à qual é difícil responder e que depende da maneira como cada indivíduo aborda a moralidade. De um ponto de vista teleológico, agir assim seria na mesma agir de forma moralmente correta pois a consequência seria a mesma de agir de acordo com uma obrigação moral sem ela nos ser imposta. Mas para quem aborde a moralidade de um ponto de vista deontológico, como o meu caso, seria extremamente complicado classificar esta acção como moralmente correta ou não. Seria impossível, neste caso, conhecer as motivações do agente; se age apenas para não ser punido ou se age por interesse pessoal ou porque acredita convictamente que esse é o seu dever moral.

Uma outra objecção à posição que defende que indivíduos como o Cristiano Ronaldo deveriam ser obrigados pelo Estado através de impostos a ajudar os mais desfavorecidos é que neste caso a acção do Estado seria duvidosa do ponto de vista moral e pouco íntegra, pois estariam a utilizar o dinheiro que é de alguém por direito para fins de solidariedade. E, neste caso, o Estado não estaria a cobrar impostos por ser dever de todos os cidadãos contribuir para um fundo comunitário para que o Estado possa operar e realizar as suas actividades, mas sim por razões de moralidade que não dizem respeito ao Estado.

Em última análise aquilo que podemos constatar é que a posição mais razoável seria a de deixar a decisão de agir de acordo com a obrigação moral ou não ao indivíduo em causa, Cristiano Ronaldo, e não impor o dever de solidariedade ao jogador e a outros sujeitos em situações similares. O Estado não tem o direito de tomar essa decisão, como ficou demonstrado.



Francisca Haour



Margarida Lobato, Beatriz Félix e Rita Alexandra Ramos

Uma Questão de Justiça Distributiva III

O Estado tem o direito de obrigar os cidadãos mais ricos a pagar mais impostos?



Bernardo Pires

Ana Marta Capaz

Ensaio da pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais de Filosofia realizado na ESMAVC em 4-3-2015.

Introdução

Toda a gente conhece o Cristiano Ronaldo. É o melhor futebolista do mundo e o atleta português mais famoso. Teve uma carreira incrível e, como consequência disso, acumulou uma fortuna enorme.

Que faríamos nós se tivéssemos o dinheiro dele? “Com uma fortuna tão grande, bem podia doar parte dela a instituições de solidariedade!”, pensarão alguns. Outros ainda dirão que é o Estado que tem o dever de obrigar os cidadãos com altos rendimentos a ajudar quem mais necessita, através, por exemplo, de impostos mais altos. Estes ajudarão à construção de infraestruturas que o país tanto necessita.

Mas será que o Estado tem o direito de tornar a solidariedade uma obrigação política? “Tenho um salário muito acima da média e, por isso, devo todos os meses doar parte dele a instituições de solidariedade social, caso contrário sujeito-me a pagar uma multa.” Até que ponto é que o Estado tem o direito de fazer isto? Estão a interferir com a minha liberdade? Porque é que não posso ser eu a decidir a forma como gasto o meu dinheiro?

Creio que num ou noutro ponto da nossa vida já nos deparámos com estas questões. São perguntas de grande importância porque nos podem ajudar a construir uma sociedade mais justa e equilibrada.

Neste ensaio filosófico procurarei fazer uma reflexão e colocar-me no papel das duas “personagens” envolvidas nesta “história”: o Estado e o cidadão.

Clarificação de Conceitos

Para começar, é importante compreender absolutamente o significado da questão “O Estado tem o direito de obrigar os cidadãos mais ricos a pagar mais impostos?”

Por “Estado” entende-se o conjunto de órgãos de poder que governam um país. Este é gerido por elementos distribuídos hierarquicamente, como o Primeiro Ministro, o Presidente da República, todos os ministros, secretários de estado, deputados, etc. A esses indivíduos compete tomar as decisões que se tornarão em leis e que governarão um país. Os tribunais e as câmaras municipais, por exemplo, são também órgãos importantes.

O cidadão é o indivíduo que habita um território governado por um Estado. O Estado exerce autoridade sobre o cidadão. Tem o dever de trabalhar de forma a tornar-se útil ao Estado e tem o direito a ser protegido por este, a ter acesso a cuidados de saúde e educação, por exemplo.

Para que o cidadão possa ter acesso a algo tão simples como uma consulta médica, é preciso muita despesa por parte do Estado. Esse dinheiro provém dos impostos que o cidadão paga, todos os meses, em função dos seus rendimentos.

Desenvolvimento

À partida, os impostos exigidos aos cidadãos servem para os gastos que o Estado tem com esse mesmo cidadão. A construção de hospitais, escolas, tribunais, teatros, estradas, pontes, serviço de saúde, educação, justiça, segurança social, etc., são coisas de que necessitamos, enquanto indivíduos.

Utilizar os impostos dos cidadãos para mais do que isso, ou cobrar mais ao cidadão do que aquilo que ele gasta, é um roubo. O Estado não tem o direito de utilizar os rendimentos de indivíduos com salários mais altos em maior percentagem do que os que tem rendimentos médios ou baixos. A solidariedade deve ser feita voluntariamente e forçá-la é um atentado à liberdade individual e uma forma de ditadura.

Voltemos, novamente, ao exemplo de Cristiano Ronaldo. Este jogador ganha alguns milhões de euros por ano. Desse rendimento, uma percentagem é dada ao Estado, como acontece com toda a gente, em quantidade proporcional àquilo que se ganhou.

O dever político de qualquer cidadão é apenas esse, tal como o dever do Estado é prestar ao cidadão o tipo de serviços e de protecção que ele precisa, como explicado acima. Teoricamente, se ambas as partes cumprirem absolutamente a sua função, ambas obtêm os benefícios que precisam.

Este tipo de obrigação política construiu-se em cada comunidade, ao longo do tempo e à medida das necessidades. É objetiva e transversal a todos os indivíduos que pertencem ao mesmo Estado. É também uma forma de garantir o equilíbrio “direito-dever” e a segurança do grande sistema que é a sociedade em que vivemos.

O dever moral é algo completamente diferente. Posso dizer a alguém “Tens o dever de trabalhar, de ter um emprego”, mas não posso dizer “Tens o dever de ser solidário com aqueles que precisam de mais do que tu”. Os órgãos de poder de um país também não têm esse direito.

A verdade é que, por mais campanhas, instituições e apelos que existam, a pobreza e a desigualdade social são uma realidade, e uma medida tão simples como subir os impostos aos mais ricos seria um grande passo para a solução deste problema. Mas é importante refletir, até que ponto é legítimo “roubar aos ricos para dar aos pobres”?

Um outro ponto de relevância é: quem é o pobre e quem é o rico? O pobre é quem ganha menos de X euros por mês e o rico é quem ganha mais do que Y euros por mês. Certo. Além disso (em muitos casos), o pobre é quem não gosta tanto de trabalhar e o rico é quem fica até mais tarde no escritório / no hospital / na escola / no treino porque sabe que precisa de se esforçar mais e que é isso que custa o sucesso e o dinheiro.



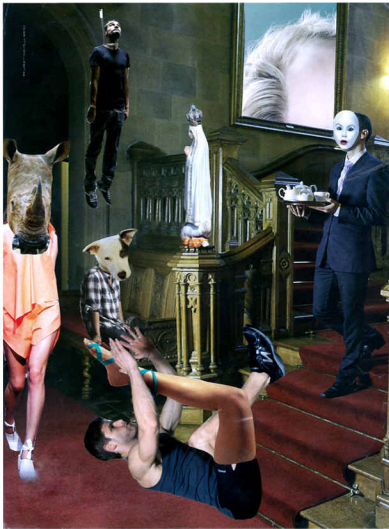
Rita Alexandra Ramos



Margarida Lobato



Joana Augusto



Ana Rita Santos



Rafael Vasconcelos

Este argumento é aplicável em muitos casos, mas pode também cair perigosamente numa generalização precipitada. Nem todos os ricos são trabalhadores (alguns têm apenas sorte) e nem todos os pobres são procrastinadores (alguns têm falta de oportunidades). De qualquer forma, continua a não existir, para mim, uma razão forte o suficiente para obrigar politicamente alguém a dar aquilo que ganhou à conta do seu trabalho a outros, quer seja através de impostos que servirão para a construção de infraestruturas, quer através de doações obrigatórias a instituições que apoiem os mais necessitados. Novamente, não querendo cair numa falácia (da derrapagem, desta vez), uma medida deste tipo, a longo prazo, e se aplicada sem limites, iria ser vista como uma forma de ditadura e o povo teria aí todo o direito a manifestar-se. Muito bem. Não concordo com este tipo de aplicação. Então, que solução tenho para cobrir as necessidades do país e dos indivíduos que mais necessitam? Não creio que tenha o dever de responder a esta questão nem a capacidade de o fazer. No entanto, é um contra argumento possível e, como tal, tenho o dever de o refutar.

Ao longo do desenvolvimento deste ensaio foquei-me essencialmente no dever que cada um tem enquanto cidadão. O dever enquanto indivíduo, o dever moral, é diferente e deveria ser a resposta à questão colocada. Nascermos e vivemos num contexto social específico. Somos educados de determinada forma pelos nossos pais e recebemos influência do mundo à nossa volta. Esta influência e a educação que temos é que nos devem sempre conduzir ao altruísmo e à partilha voluntária daquilo que temos. “Trabalhei arduamente nos últimos tempos e finalmente tenho algum tempo de descanso e poupanças acumuladas. Posso gastá-las a fazer uma grande viagem, bem mereço, ou fazer uma viagem mais pequena e doar o restante a uma instituição.” Admitindo que existem apenas estas duas opções e que eu não quero gastar o dinheiro em mais nada, é natural tomar a segunda decisão. No entanto, tal não deve ocorrer porque assim sou obrigada mas, porque assim o desejo. Desejo contribuir, de acordo com as minhas possibilidades, para uma melhor redistribuição de bens. No entanto, se desejar não o fazer, nenhum indivíduo nem entidade tem o direito de me julgar por isso, nem a nível político nem moral. O indivíduo, livre, tem o direito de escolher a forma como usa aquilo que é seu. O educador, responsável, tem o direito de incutir no seu educando valores de trabalho, de simplicidade, responsabilidade e partilha. Assim, a distribuição equitativa do dinheiro não deve ser atingida através de uma obrigação política imposta ao cidadão trabalhador, mas sim através de uma educação dada desde o início da vida que reforce a importância da justiça e equilíbrio na vida em sociedade. Tenho consciência de que isto é uma gigante utopia. O que se pretende aqui é uma mudança de paradigma que é muito difícil de alcançar. No entanto, é a única solução que preserva a liberdade e independência dos indivíduos e que não corre o perigo que estes se revoltem contra o poder ou procurem fugir à lei.

Conclusão

Para concluir o meu ensaio, considero importante reforçar que o indivíduo tem diferentes tipos de dever. Por um lado, tem o dever de quem vive em sociedade e por isso deve dar-lhe o seu trabalho de forma a receber a sua proteção. Por outro lado, tem o dever de ser o melhor ser possível, praticar a justiça e o bem. É neste segundo domínio que existe a “obrigação” de dar, partilhar, distribuir aquilo que tem ou que se ganhou através do trabalho. Não é uma obrigação absoluta, mas uma obrigação que deve provir da educação que é dada e que deve sempre conduzir ao maior altruísmo possível como forma de chegar ao maior equilíbrio e justiça possível dentro de uma sociedade.



Joana Augusto

Uma Questão de Justiça Distributiva IV

Esses indivíduos, que muitas vezes têm mais dinheiro do que alguma vez iriam precisar, e muitas vezes o gastam de maneiras simplesmente ridículas, podem parecer ir contra princípios morais básicos, principalmente quando uma comparação é feita com os números bastante superiores de indivíduos que vivem em pobreza extrema

Miguel Mauritti

Ensaio da pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais de Filosofia realizado na ESMAVC em 4-3-2015.

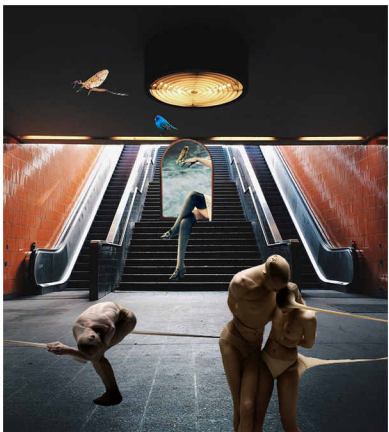
Um grande número de indivíduos abastados, como Cristiano Ronaldo, ajudam por seu próprio mérito pessoas desfavorecidas, doando quantidades de fundos e, igualmente importante, tempo de antena, chamando a atenção do público para esses problemas. No entanto, esse conjunto de indivíduos com essa fortuna tem uma tendência desagradável para a avareza, recusando-se muito frequentemente a partilhar parte da sua fortuna com outros mais desfavorecidos, e por vezes recorrendo a métodos ilegais ou no mínimo moralmente questionáveis para o evitar (como por exemplo transferindo uma grande parte do seu dinheiro para contas bancárias em paraísos fiscais, como a Suíça).



Joana Castanheira



Carolina Teixeira Silva



Filipa Carvalho Dias



Filipa de Sousa

Esses indivíduos, que muitas vezes têm mais dinheiro do que alguma vez iriam precisar, e muitas vezes o gastam de maneiras simplesmente ridículas, podem parecer ir contra princípios morais básicos, principalmente quando uma comparação é feita com os números bastante superiores de indivíduos que vivem em pobreza extrema e que podiam ser ajudados se essa pequena percentagem se voluntariasse para essa causa. Embora possamos reconhecer que as fortunas desses indivíduos sejam legítimas e merecidas, nos casos considerados aqui, e que, de certa maneira, como cidadãos de uma sociedade democrática de iguais, eles deveriam ser tratados, para o melhor e para o pior, como iguais a qualquer outro, é já mais difícil aceitar que a mesma percentagem seja paga em impostos sobre o salário, para fins de redistribuição por uma família que, mesmo assalariada, não consegue cobrir todos os custos de vida, e por um indivíduo que, mesmo lhe sendo retirada uma parte proporcionalmente igual e portanto absolutamente maior, ainda possui mais riqueza do que aquela que consegue imaginar gastar e que mesmo assim se recusa a doar aos mais desfavorecidos.

De facto, talvez fosse mais justo que o Estado avaliasse, caso a caso, o que cada família ou indivíduo pode entregar para redistribuição (e nesses casos seria descoberto, suspeito eu, que grande parte das famílias precisariam era que lhes fosse doado algo a elas, e não o contrário). Com isto não quero afirmar que todos os indivíduos deveriam viver sob as mesmas condições e com os mesmos rendimentos, independentemente do seu esforço, talento ou qualquer outro fator que tenha posto um indivíduo mais abastado assim. Pelo contrário, embora me pareça mais razoável que haja uma distribuição diferente dos recursos para redistribuição nas massas quando se trata de meios diferentes (um salário de um operário e de um diretor de uma multinacional é sempre euros, mas não têm nada em comum, como é óbvio), e que cada um deveria contribuir o máximo possível para a felicidade comum, isso não significa vivermos uniformes. Terá uma percentagem maior dada para a redistribuição, mas ainda terá maneiras de viver tão bem quanto sempre viveu, se não seria, isso sim, imoral da parte do Estado.

No entanto, parece-me justo, e moral, que para punir aqueles que decidem não cumprir as normas dadas na sociedade acerca da redistribuição sejam usados métodos como para qualquer outro crime ou discurso contra o Estado, com o poder punitivo que o Estado tem; e exercer, de maneira judicial e tendo a lei e a moral do nosso lado, sanções contra indivíduos que estariam a ir contra a sociedade em nome de eles próprios apenas.

Não me é difícil ouvir uma crítica contra um modelo que pode ser muito facilmente acusado de marxista “de cada um conforme as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades” mas que é, honestamente, muito mais humano e comum a qualquer povo da Terra usar um procedimento como este na distribuição de bens e na redistribuição de riqueza aos mais desfavorecidos. Eu aconselharia na verdade a opositores destas teses a não usarem tal argumento que acusam este modo de distribuição de ser antinatural, de falta de fundamentos históricos e da tendência a esses regimes a falharem como argumento. Nós temos usado estes procedimentos durante a nossa História toda, enquanto comunidades. Desde Cristo e à Igreja, nos seus melhores tempos, aos grandes Mecenas e comuni-

dades tribais, este método é usado com sucesso. Talvez fosse altura de experimentarmos, na nossa sociedade, o sistema que sempre usámos.



Bernarda Bernardo

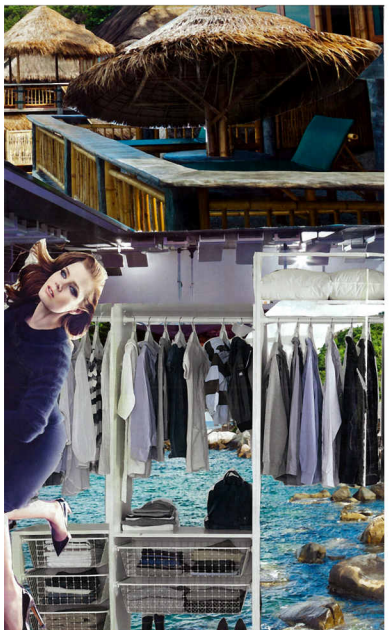
Uma Questão de Justiça Distributiva V

Será que é melhor para as pessoas receber uma recompensa monetária devido ao seu trabalho? Ou devem ser recompensados, apesar de não fazerem nada?

Filipe Pereira

Provas de pré-seleção da ESMAVC às Olimpíadas Nacionais da Filosofia

A posição mais razoável parece-me ser certamente a posição que defende que o Estado não tem direito nenhum de obrigar Cristiano Ronaldo a utilizar o seu dinheiro para fins de caridade. Cristiano Ronaldo, como ser humano, tem um estatuto de ser racional – tem a capacidade de decidir por si mesmo que fins deve dar ao seu dinheiro. Negar-lhe este direito seria uma afronta à sua racionalidade, e um insulto à sua capacidade de deliberar. O Estado, como instituição, deve respeitar a racionalidade dos seres humanos. O facto de um ser humano ter nascido dentro numa certa área geográfica não dá o direito à instituição que gere esta área de desrespeitar o seu estatuto como ser racional, e efetuar decisões em lugar desta pessoa – o ser humano não decide o lugar onde nasce, e logo, este facto não deve ter influência sobre o seu modo de vida. Esta ideia (de que deve ser entregue dinheiro ao Estado, para redistribuição, sob a ameaça de poder punitivo) desafia diretamente a ética de Kant, mais exatamente o imperativo categórico na sua formulação da humanidade, que diz que o ser humano, tendo a capacidade de deliberar, tem um estatuto racional, e assim não deve ser usado como fim. O ser humano é um fim em si. Ora, utilizar a propriedade de Cristiano Ronaldo sem o consultar para fins alheios é utilizar Cristiano Ronaldo como um meio para outro fim, e logo, seria, segundo Kant, imoral.



Gisele Ramos



João de Brito



Ana Aguiar

Seria uma ideia risível pensar que a sociedade ficaria melhor se o Estado usasse o dinheiro de Ronaldo para redistribuição. Como resultado da apropriação por parte do Estado de parte da sua propriedade, Ronaldo teria uma fortuna menor, e assim menos dinheiro para utilizar. Mas porque havia isto de ser uma coisa má? Isto é o que o leitor irá provavelmente perguntar. E eu respondo: Como Ronaldo terá menos dinheiro, irá gastar menos, e certas empresas irão ter menos vendas. Ora, estas empresas provavelmente empregam alguns daqueles a quem o Estado quer ajudar através do uso do dinheiro de Ronaldo. Assim, aqueles terão também menos dinheiro para gastar. E assim sucessivamente. Ora, mas isto deve ser compensado pelo aumento das despesas do Estado em relação aos mais carenciados? E eu respondo que talvez, mas isto leva-nos a uma objecção ao utilitarismo – a da máquina das experiências. Será que é melhor para as pessoas receber uma recompensa monetária devido ao seu trabalho? Ou devem ser recompensados, apesar de não fazerem nada? Nesta última hipótese, as pessoas perdem a sua autonomia, e tornam-se dependentes no Estado – trabalham apenas pela diferença entre o salário e os benefícios que recebem gratuitamente. Assim, esta ideia utilitarista “autodestrói-se”, para usar uma figura de expressão. Não só é imoral utilizar uma propriedade de outra pessoa para fins alheios, sob coação, como esta ideia tornaria as pessoas mais dependentes no Estado – o que, sob um certo ponto de vista, até as torna mais pobres.



Carlota Barros

Laura Mendes



Uma Questão de Justiça Distributiva VI

Há pessoas com a opinião de que ajudar as pessoas mais desfavorecidas é um dever moral que temos de cumprir. Contudo, o Estado ao obrigar as pessoas a cumprir este dever através dos impostos está a fazê-lo por meios errados, pois nesta ação não leva em conta a vontade das pessoas que os pagam

Raquel Domingues

A posição que me parece ser mais razoável é a posição de que o Estado, ao obrigar os cidadãos a contribuir com impostos, está a roubar a estes o que é deles por direito, independentemente da finalidade que irá dar a esses impostos. O Cristiano Ronaldo recebe mensalmente um salário proporcional ao seu trabalho, esforço e desempenho nos jogos. Podemos dizer então que trabalhou arduamente para merecer receber aquela quantidade exorbitante de dinheiro e que ele pode gastar ou dar o dinheiro conforme ele quiser, pois é uma posse sua. O Estado não o pode forçar a contribuir, pois, dessa forma, estaria a roubar-lhe o fruto de todo o seu trabalho mesmo que seja para uma boa causa (exemplo: construção de hospitais). Imaginemos o seguinte: dois amigos (X e Y) vão a passear, até que se deparam com um sem-abrigo a pedir dinheiro. Contudo, nenhum dos dois tem dinheiro para lhe dar.



Carolina Rosa



Camila Sanz

Nesse mesmo momento, passa um senhor que deixa cair um porta-moedas. O amigo X apanha-o e, ao abri-lo, depara-se com uma nota de 50 euros lá dentro e mais alguns trocos. Este, ao invés de devolver o porta-moedas ao dono, entrega-o ao sem-abrigo. Podemos dizer que esta atitude foi moralmente correta? Apesar do amigo X ter a melhor das intenções (ajudar financeiramente o sem-abrigo), não agiu corretamente pois o dinheiro não era seu por direito mas sim do indivíduo que o deixara cair. Comparando esta situação com a intervenção que o Estado faz através dos impostos, podemos tirar a conclusão de que são ambas incorretas moralmente.

Imaginemos outra situação: uma senhora vai com uma mala e lá dentro tem uma quantia avultada de dinheiro. A certa altura é surpreendida por um ladrão que lhe leva a mala. Admitamos que este fez o que fez por estar numa situação financeira desesperante. Neste exemplo, a única diferença é que se eliminou o intermediário (não houve ninguém que tirasse algo a um indivíduo para ir dar a outro). O Estado através dos impostos “tira aos ricos para dar aos pobres” (as posses financeiras dos ricos diminuem para que as dos pobres possam aumentar). Neste exemplo o Estado não intervém mas o que sucede manteve-se: as posses financeiras dos ricos diminuíram para que as dos pobres pudessem aumentar. Se tirar posses a alguém nas condições descritas no último exemplo são consideradas imorais e erradas, será que por se acrescentar um intermediário se tornam aceitáveis?

Há pessoas com a opinião de que ajudar as pessoas mais desfavorecidas é um dever moral que temos de cumprir. Contudo, o Estado ao obrigar as pessoas a cumprir este dever através dos impostos está a fazê-lo por meios errados, pois nesta ação não leva em conta a vontade das pessoas que os pagam. Analisemos novamente os exemplos acima descritos. Imaginemos que o primeiro exemplo tem outro desfecho: o amigo X vai ter com o senhor e entrega-lhe o porta-moedas, mas ao fazê-lo explica a situação do sem-abrigo. Este, ao ouvir a situação daquele homem, devolve o porta-moedas ao amigo X e pede-lhe que o entregue ao sem-abrigo. Esta situação já é aceitável do ponto de vista moral pois o senhor entregou o seu dinheiro à pessoa desfavorecida (cumprindo o seu dever de ajudar os desfavorecidos) e fê-lo por vontade própria (não sendo considerado roubo).

Imaginemos também o segundo exemplo com um desfecho alternativo: o ladrão não tira a mala à senhora. Este aborda-a e explica a sua situação, e esta, comovida, entrega-lhe, generosamente, o dinheiro. Tal como no exemplo acima, esta situação também é moralmente correta visto que a senhora fê-lo por vontade própria, sem que ninguém a forcesse a fazê-lo.

Em suma, os impostos são uma forma de roubo que o Estado comete contra os cidadãos do país que governa, pois o Estado não tem em conta a vontade dos cidadãos (se estes desejam contribuir ou não).

Mesmo que o dinheiro recolhido de tais impostos seja empregue em boas causas (construção de hospitais, escolas públicas...), não se pode retirar às pessoas, sem a sua permissão, aquilo que é delas por direito.

Para concluir o meu ensaio, considero importante reforçar que o indivíduo tem diferentes tipos de dever. Por um lado, tem o dever de quem vive em sociedade e por isso deve dar-lhe o seu trabalho de forma a receber a sua proteção. Por outro lado, tem o dever de ser o melhor ser possível, praticar a justiça e o bem. É neste segundo domínio que existe a “obrigação” de dar, partilhar, distribuir aquilo que tem ou que se ganhou através do trabalho. Não é uma obrigação absoluta, mas uma obrigação que deve provir da educação que é dada e que deve sempre conduzir ao maior altruísmo possível como forma de chegar ao maior equilíbrio e justiça possível dentro de uma sociedade.



Miguel Ludwick (objeto) e Filipa de Sousa (modelo)

Sara Fernandes



Tópico : «O argumento do relativismo moral baseado nas diferenças culturais afirma:

- 1- Culturas diferentes têm códigos diferentes;
- 2- Logo, não há verdades morais objetivas (“certo” e “errado” são apenas questões de opinião e as opiniões variam de cultura para cultura).

Considera o argumento relativista sólido e convincente?»

Relativismo Moral I

O relativismo defende que cada cultura tem o seu padrão de valores associados a determinadas ações. As noções de “certo” e “errado” são meras imposições absolutas que o universalista parece defender. Segundo esta visão o Valor apresenta-se como uma característica única e incontestável, livre de quaisquer críticas exteriores. Aparentemente, esta parece ser uma teoria sólida que explica de forma clara e precisa a forma como as sociedades aceitam ou valorizam determinadas acções ou objectos.

Martina Barata

Ensaio da pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais de Filosofia realizado na ESMAVC em 4-3-2015.

O Relativismo Moral é uma das teorias de entre muitas que existem na Filosofia Moral. Este tenta procurar a linha que orienta uma sociedade inserida no seio de uma cultura. A esta linha denominamos, então, de Valor. O que defende então a tese relativista?

O relativismo defende que cada cultura tem o seu padrão de valores associados a determinadas ações. As noções de “certo” e “errado” são meras imposições absolutas que o universalista parece defender.



Rita Castel-Branco



Rita Castel-Branco

Segundo esta visão o Valor apresenta-se como uma característica única e incontestável, livre de quaisquer críticas exteriores. Aparentemente, esta parece ser uma teoria sólida que explica de forma clara e precisa a forma como as sociedades aceitam ou valorizam determinadas acções ou objectos.

No entanto, é de notar que a complexidade dos pontos de vista filosóficos passa por um importante processo de discussão de ideias e de debate sobre as formas de pensar e os diversos pontos de vista. Assim, poderemos ponderar sobre os diversos problemas que uma nova tese nos pode trazer e procurar formas de seguir uma linha de evolução, que pode nem sempre ser paralela à imaginária linha do perfeito conhecimento tão defendido pela ciência.

Voltando ao problema do Relativismo, resta-nos então saber: Será o argumento relativista sólido e convincente? O Relativismo apresenta méritos, mas também apresenta problemas, tal como qualquer teoria filosófica. É nisso que se baseia a Filosofia: Um constante debate de conceitos.

Um dos principais problemas do Relativismo Moral é o fato de este não conseguir explicar o crescente progresso cultural das sociedades. A verdade é que, no contexto histórico, as sociedades evoluem, bem como as suas mentalidades e formas de agir. Sabendo, então, que esta posição defende que as culturas têm códigos ou padrões diferentes de valorização e que estas diferem entre si, como é possível haver progresso cultural e moral? Uma sociedade actual e moderna possui as mesmas raízes que a anterior, mas sabemos que não podemos afirmar que ambas são iguais. O mesmo acontece com a universalização dos valores. Imaginemos, por exemplo, a Carta Mundial dos Direitos Humanos. Não será esta uma forma de impor determinados valores nas diferentes sociedades? Como é capaz a posição relativista de explicar que existam valores que atualmente são imposições universais? Parece impossível explicar quando visto através deste ponto de vista.

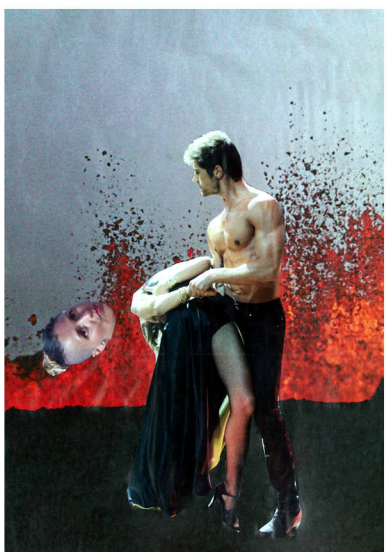
Visto que o relativista diz que algo é digno de valor se a sociedade em questão aceitar, então este terá de aceitar práticas condenáveis, como a escravidão ou o nazismo, visto que na época e sociedade em que se integram, estas eram práticas aceites. Será, então, razoável atribuir valor a um homem que matou milhares de judeus só porque a sociedade assim o aceitava?

A apreciação crítica dos valores levanta grandes problemas sobre a forma como devemos agir. Mas é de notar que o relativismo, apesar de suscitar fortes críticas a seu respeito, é digno de atenção, pois este também possui méritos importantes. Um dos principais méritos é o respeito que este possui pela cultura e pela historicidade de uma determinada sociedade, tentando procurar uma perspectiva tolerante dos diversos pontos de vista. A verdade é que esta teoria parece ser uma consequência natural do imperialismo colonial europeu sobre as colónias que este dizia serem inferiores. A Europa liberal procurava expandir o seu território ao colonizar áreas onde impunha os seus hábitos e costumes. A reação gerada por parte dos povos colonizados exprimia-se na opinião relativista que poderiam adotar.

O relativista é tolerante. Como já foi referido anteriormente, este não deve considerar o ‘certo’ e o ‘errado’ como valores morais objetivos, mas sim, como padrões que variam de cultura para cultura. Após uma profunda análise sobre os problemas e méritos desta teoria, parece legítimo tentar responder à questão central: “Considera o argumento sólido e convincente?”.

Está no consciente de cada um de nós descobrir qual o caminho que se deve tomar. Não existem teorias que tenham preponderância em relação a outras, nem muito menos teorias ‘corretas’ e teorias ‘erradas’. Existem sim, orientações que devemos escolher. “Ousa Pensar” e sê o rei do teu próprio mundo. A Filosofia deve ser encarada como uma arte de pensar e refletir sobre tudo o que nos rodeia. O mais importante não são as respostas, mas sim as perguntas. São as perguntas que nos fazem pensar mais alto. É nelas que reside o ato de ‘filosofar’. Cada um de nós, dignos de possuir o poder da razão das nossas escolhas, devemos procurar entender o ponto de vista que melhor se relaciona com a nossa forma de pensar e agir.

Para concluir, digo que depende de cada um de nós descobrir se um determinado argumento é sólido e convincente. Um argumento não é sólido nem convincente em si mesmo. É necessário que lhe seja atribuído valor. Este valor é diferente de pessoa para pessoa. Na Filosofia não devemos ver como os outros pensam e assimilar que essa é a verdade absoluta. Caso assim fosse, viveríamos num círculo vicioso onde a evolução filosófica seria um conceito desconhecido.



Joana Rosa



Carolina Teixeira Silva

Relativismo Moral II

Se sou obrigado a tolerar, tenho que tolerar aquilo que também é intolerável, se tolero a intolerância, indiretamente, sou intolerante.

Duarte Machado

Ensaio da pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais de Filosofia realizado na ESMAVC em 4-3-2015.

O argumento relativista pode ser sólido para uns e não para outros. Daí ser relativo.

Pessoalmente não considero que seja sólido nem convincente, mas esta opinião pode dever-se ao facto de eu ter tido uma determinada formação, ou pensar assim porque vivo numa sociedade que pensa assim. Esta questão remete-me para um campo que se pode definir apenas por uma palavra: tolerância.

A questão da tolerância é, e tenho que o mencionar desde já, um paradoxo.

Ou sou tolerante ou não sou tolerante. Se sou tolerante vejo-me a tolerar numa perspectiva subjetivista (em relação ao pensamento de cada indivíduo) e cultural. O paradoxo encontra-se quando eu afirmo que sou tolerante e, subjetivamente falando, tenho que tolerar mesmo aquilo que condeno, ou seja, sou tolerante com a intolerância, e se o sou, estou a afirmar indiretamente que sou intolerante, mesmo sem o saber.



Filipa Carvalho Dias



Inês Aragão

O ser humano é um todo e é um ser que necessariamente necessita de viver em sociedade e, para tal, decide criar normas, ou também denominados valores, que condicionam as suas ações. Neste domínio, destacam-se duas personalidades da história da filosofia: Kant e Stuart Mill. Kant mostra-nos que são necessários valores absolutos, e com isto pretendo dizer que independentemente das culturas não se pode aceitar toda e qualquer ação que interfira com a integridade física e psicológica do ser humano, o que assenta numa ação por dever, sustentado por valores éticos e morais absolutos; penso que estejamos diante do famoso “imperativo categórico”. Aqui verifico que, se não posso interferir com a integridade física, nem psicológica, nem cultural, sou obrigado a tolerar; se sou obrigado a tolerar, tenho que tolerar aquilo que também é intolerável; se tolero a intolerância, indiretamente, sou intolerante. Já Stuart Mill dizia que a ação humana deve estar “canalizada” para alcançar a “maior felicidade para o maior número possível de pessoas”. Isto faz-me pensar que se conseguir alcançar a maior felicidade matando uma pessoa, e se a integridade física não pode ser posta em causa, e verificando que, praticamente, não existem sociedades iguais (ou seja, que pensem da mesma forma e ajam da mesma forma) nunca alcançarei um maior número possível de pessoas felizes, pois existem disparidades e tenho que as tolerar, se sou obrigado a tolerar, tenho que tolerar aquilo que também é intolerável, se tolero a intolerância, indiretamente, sou intolerante.

Isto conduz-me a uma espiral sem fim e reparo que ao longo da história tem-se sempre tentado alcançar um grupo de valores absolutos pelos quais o ser humano se possa reger. O argumento relativista pode de certa forma ser convincente porque as pessoas têm muito aquela ideia do “peace and love” e não querem mais nada senão a paz e começam a tolerar sem limites. É um argumento sólido? Não, não é pois deparamos com um paradoxo e uma espiral infinita. É certo que as culturas têm diferentes códigos, mas se não existe, de facto, o certo ou o errado, à partida terei de aceitar duas ideias antagónicas ou duas formas de pensamento divergentes e se as aceito, mesmo sendo divergentes, volto ao mesmo: se sou obrigado a tolerar, tenho que tolerar aquilo que também é intolerável, se tolero a intolerância, indiretamente, sou intolerante. Uns dizem que matar animais é errado, outros dizem que é correto. Como é que Stuart Mill conseguiria alcançar a felicidade para o maior número possível de pessoas se são ideias opostas?

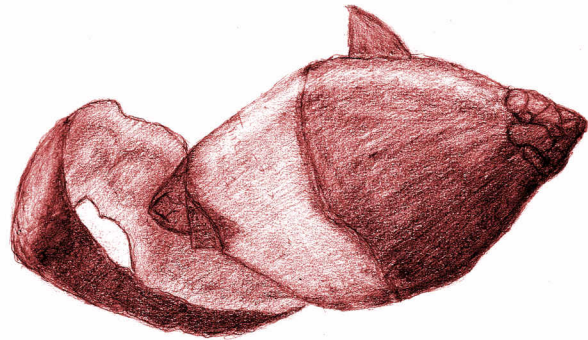
Uma guerra para promover a paz (tipo ONU) não busca a paz pois vive a guerra. Isto faz-me pensar noutro ponto: quer se aja por dever, quer se tente alcançar a maior felicidade possível, o que é que conta, o meio ou o fim? Posso pensar que “de boas intenções está o inferno cheio” e aqui dirijo-me ao fim, independente do meio. Significa que através do meio eu não consegui alcançar a maior felicidade possível (para Stuart Mill); se procuro valores absolutos (na linha do pensamento de Kant) o que conta é o princípio da ação. Mas tudo isto nos pode levar a cair em paradoxos. Por exemplo: salvar uma pessoa matando outra, salvei mas mesmo assim matei, se não interferir (pois se o fizer sou obrigado a matar), deixo uma viver e outra acaba por morrer. Paradoxo de novo. Por muito bonitas que sejam essas discussões éticas, só consegui retirar uma conclusão: quer vá por caminhos alcatroados ou por caminhos de terra-batida, vou cair no abismo. A menos que pare, que acho que é o que o mundo fez perante estas questões: ficou parado. Eis o problema da ética.



Simão Loureiro



Manuel Coelho



Irina Ribeiro

Relativismo Moral III

O desrespeito pelas outras culturas deve ser respeitado da mesma forma que o respeito pelas outras culturas deve ser respeitado também.

David Gravanita

Ensaio da pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais de Filosofia realizado na ESMAVC em 4-3-2015.

«O argumento do relativismo moral baseado nas diferenças culturais afirma:
1- Culturas diferentes têm códigos diferentes;
2- Logo, não há verdades morais objetivas (“certo” e “errado” são apenas questões de opinião e as opiniões variam de cultura para cultura).
Considera o argumento relativista sólido e convincente?»

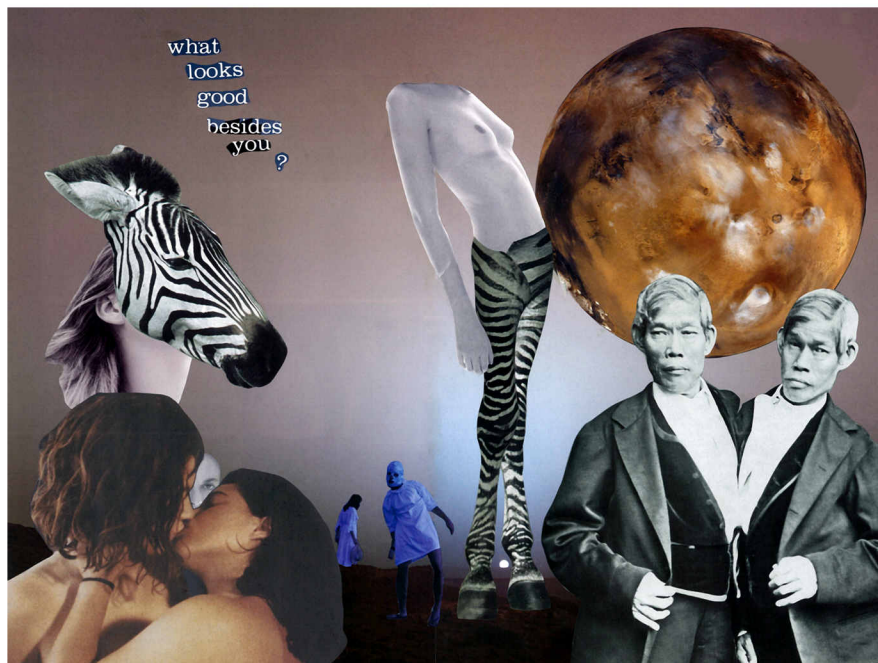
Sólido e válido talvez, mas convincente, definitivamente não. O argumento relativista tende a concluir que o que é moralmente certo ou errado depende de cultura para cultura, no entanto, aquilo que parece à primeira vista ser, na minha opinião, o objetivo deste argumento, defender o respeito pelas outras culturas e as suas tradições morais, é, penso eu, exatamente o contrário daquilo que alcança: se na nossa cultura não é moralmente correto o respeito pelos códigos culturais das outras culturas, segue-se do relativismo moral que apesar do código moral da nossa cultura não ser objetivamente correto, pelo menos na nossa cultura, o desrespeito pelas outras culturas deve ser respeitado. Resumindo:
1- Culturas diferentes têm códigos morais diferentes.
2- Logo, não há verdades morais objetivas.
3- Se não há verdades morais objetivas, os códigos morais das diversas culturas devem ser respeitados.
4- O código moral de uma cultura é o de desrespeitar o código moral das outras culturas. Logo, desrespeitar o código moral das outras culturas, quando considerado certo numa cultura deve ser respeitado. Chegamos assim ao resultado algo paradoxal de que o desrespeito pelas outras culturas deve ser respeitado da mesma forma que o respeito pelas outras culturas deve ser respeitado também. Essa é uma das razões pelas quais considero que o argumento relativista não é convincente: o respeito pelas outras culturas é algo de nobre, sem dúvida, mas terá de haver algum limite. Por exemplo, se a cultura da Alemanha nazi era a de matar todos os judeus e de expandir o seu território para poder impor a sua cultura sobre os outros, um relativista moral não poderia sequer dizer que a Alemanha nazi deveria respeitar a cultura dos outros; não, apenas poderia afirmar que a Alemanha nazi está a fazer o que é, segundo o seu código moral cultural, certo, e tudo isto porque, este relativista moral deveria respeitar o desrespeito dos outros. No fundo o respeito absoluto pelas culturas, quaisquer que estas sejam e se estas respeitam ou não outras culturas é a principal razão pela qual este argumento não é convincente. Se o objetivo era uma defesa do respeito pelas outras culturas, este argumento falha por completo.



Rita Alexandra Ramos



Carolina Rosa



Mariana Esteves



Filipa Carvalho Dias

Relativismo Moral IV

Não é possível obrigar a que todos tenham a mesma educação, portanto é também impossível obrigar a que vivamos todos dentro da mesma cultura.



Inês Aragão

Teresa Cabral

O argumento do relativismo moral baseia-se nas diferentes culturas, ou seja, defende que cada cultura tem o seu código moral. Sendo isto verdade, impossibilita a afirmação de que a verdade moral é objetiva.

Imaginemos uma situação hipotética em que uma senhora portuguesa vai passar férias para um país asiático onde as mulheres estão impedidas de mostrar o corpo e esta, sem saber das circunstâncias, chega ao hotel e muda de roupa devido ao calor saindo normalmente à rua com uma t-shirt e uns calções. Assim que vira a esquina depara-se com dois polícias que a mandam parar de imediato e a levam para a esquadra. Ao chegar à esquadra afirmam que a senhora será presa devido a contrariar as regras do país. Será aceitável prender esta mulher que agiu em conformidade com uma atitude certa para a cultura na qual se integra?

Neste ponto deparamo-nos com uma contradição: o país afirma que ela merece ser presa por ter cometido um crime e a senhora afirma que a sua ação não é um crime. Que argumento podemos caracterizar como sólido e convincente? A verdade é que ambas as proposições afirmam verdades objetivas para culturas diferentes, mas não deveríamos todos acreditar na mesma verdade objetiva para que não houvesse equívocos?

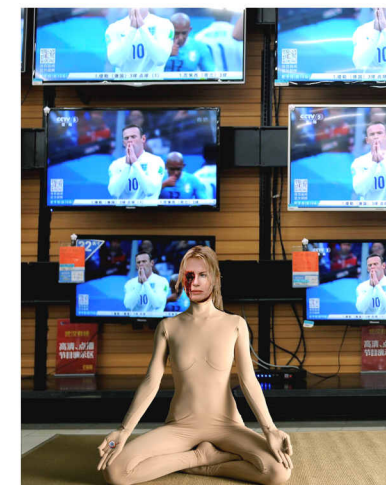
A verdade é que se todas as culturas diferentes pensassem da mesma maneira passaríamos a ser apenas uma cultura. E sendo nós, humanos, todos iguais, é a diferença que nos distingue. Deste modo, é injusto afirmar que todos temos de pensar da mesma maneira, ter os mesmos costumes e as mesmas leis. Mas, supondo que acreditávamos que deveríamos ser só uma cultura, iríamos chegar a um beco sem saída, pois cada país ia querer que a sua definição de certo e de errado fosse a definição mundial, pois para cada um essa é a mais correta.

Nenhum argumento seria sólido e convincente para provar a todas as culturas que a cultura “x” é que tem de ser apoiada por todos. Deste modo, considero o argumento do relativismo moral sólido e convincente, pois mesmo havendo um impacto cultural e podendo ocorrer situações como o exemplo acima referido, não é justo obrigar todas as culturas a converter-se numa só. Seria como obrigar todas as sociedades a acreditar no mesmo Deus, o que não é possível pois não se consegue provar que alguma dessas religiões seja de facto a melhor, assim como não se pode afirmar que é uma determinada cultura que está correta.

Mesmo dentro de uma sociedade permite-se que cada um tenha costumes diferentes, e como o certo e errado dentro de uma cultura acaba por não ser objetivo, basta uma pessoa ser educada de uma maneira diferente. Por exemplo: para certas pessoas é certo que esperar que os donos da casa se sentem à mesa e só depois nos sentarmos nós é uma regra mínima de boa educação. Mas em muitas famílias isso é apenas uma perda de tempo e consideram isso errado. Mesmo sendo este um acontecimento comum na nossa cultura, ao qual nunca demos muita importância por não existir punição possível, leva-nos à imagem do mundo e das diferentes culturas. Não é possível obrigar a que todos tenham a mesma educação, portanto é também impossível obrigar a que vivamos todos dentro da mesma cultura.

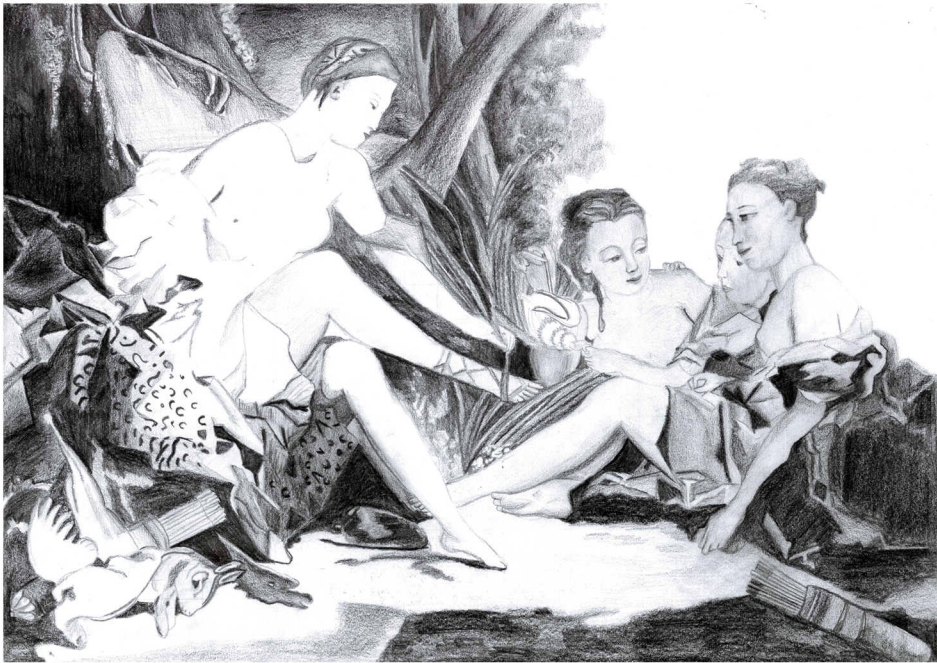
Por outro lado, é impossível afirmar com certeza que algo está certo ou errado, isso seria algo que apenas uma entidade superior (um deus ou algo do género) poderia afirmar, sendo que ninguém nos disse isso. E quem é que nos garante que não andamos a viver ao contrário? Quem é que me garante que eu estar aqui neste preciso momento seja uma atitude certa? É impossível afirmar o que está certo e é até impossível afirmar que eu estou aqui por escolha e que não foi só mais um acontecimento que já estava escrito e apenas aconteceu porque era para acontecer. É impossível afirmar que esta sala é bela ou não, e se todos considerássemos esta sala bela será que ela continuaria a conotar-se como bela ou seria só uma sala? O mesmo acontece com o certo e o errado; se todos considerarem que a mesma coisa está certa talvez ela deixasse de ser certa e passasse a ser só uma coisa. Imaginando que o nosso mundo era todo uniforme e que todos acreditávamos nas mesmas crenças, nos mesmos códigos morais, para que serviria então o certo e o errado? Não teria utilidade, pois é necessário existir o errado para formularmos o que está certo.

A diferença cria a igualdade, sendo necessária a existência de várias culturas para que possamos criar padrões. Se assim não fosse, estaríamos a viver ou apenas a servir de marionetas comandadas por outra entidade?



Daniela Oliveira

Marcelino Messias (objecto)
Laura Mendes (modelo)



Mariana Elias

Questões de Filosofia Moral

Para aqueles que gostam de pensar e se preocupam com a verdade e com a consistência.

David Gravanita

Ensaio sobre Filosofia Moral, baseado no livro "Elementos da Filosofia Moral" de James Rachels

O que é a moralidade?

É difícil dar uma definição geral. Existem muitas teorias diferentes que explicam o que esta é de forma diferente, ao tentar afirmar o que é uma vida moral, ou o que está moralmente correto. No entanto, existem algumas coisas que podemos dizer que com certeza fazem parte da moralidade. Estas são a Racionalidade e a Imparcialidade. A Racionalidade é simplesmente a ideia de que os nossos juízos morais podem ser explicados e devem ter alguma lógica por trás. O requisito da Imparcialidade é também simples, este diz apenas que o agente moral deve considerar todas as pessoas como iguais, mesmo que estas não o sejam, ou seja, que não há pessoas privilegiadas. É claro que nem todas as teorias morais aceitam estas ideias. No entanto, esta parece ser uma base suficiente e aceitável por agora, mesmo que seja temporária. De forma simples, algo é moralmente correto se nós podemos considerar tal coisa como "certa", e a nossa explicação deve ter alguma lógica e aplicar-se a todos de forma igual.

O Relativismo Moral

O Relativismo Moral é uma teoria bastante simples de entender, e, talvez por essa razão, está bastante enraizada na sociedade. O Relativismo Moral, em suma, diz que cada cultura é diferente e tem códigos morais diferentes, e, por essa razão, nada é objetivamente certa em todas as culturas, ou seja, algo é moralmente correto se for aceite pela cultura onde tal coisa se localiza. O Relativismo Moral conclui então que julgar as outras culturas, ou tentar recusar o seu modo de funcionamento (impor a nossa cultura), é simplesmente arrogante. O Relativismo Moral, apesar de tudo parece ter algumas falhas, ou consequências menos desejáveis. Por exemplo, uma das suas consequências é que deixa de se poder afirmar algo noutra cultura



Sofia Fernandes

é moralmente errado ou inferior, o que parece razoável, mas, tal consequência aplica-se a todo o tipo de práticas, até mesmo o desrespeito pelas outras culturas. Outra falha é a de que, apesar de o código moral da nossa sociedade não ser considerado perfeito por todos nós, este é o único modelo que seria moralmente correto seguir, segundo o Relativismo Moral. Por fim, parece de certo modo ter havido uma evolução a nível da ética e da moralidade, tal como houve nas ciências. Esta evolução, no entanto, não é compreendida pelo Relativismo Moral.

Subjetivismo Moral

O Subjetivismo Moral, tal como o Relativismo Moral, afirma que não há fatos objetivos sobre o que é moralmente aceitável. No entanto, ao contrário do Relativismo Moral, este diz que as nossas opiniões morais se baseiam nos nossos sentimentos para com as coisas. Ou seja, quando eu afirmo "Matar é incorreto", eu estou a exprimir que moralmente desaprovo o ato de matar alguém. Ou, se eu digo "Deixar viver é bom", estou a dizer que aprovo o ato de deixar viver. Esta teoria é muito simples, mas parece ter falhas algo óbvias. A primeira delas é a de que eu posso afirmar algo, e pensar de forma diferente. Eu posso dizer "Matar é incorreto", mas apenas dizê-lo porque fui influenciado pelas expectativas que a sociedade criou em relação a mim, posso até pensar que "Matar é certo em algumas situações". Posso então descobrir que falhei, que menti, mas tal não seria possível de acordo com o subjetivismo moral. Outra falha seria a de que ao tratar a moralidade como algo subjetivo, não há espaço para desacordos ou discussões, pois não haveria nada a discutir a não ser o facto de que certa pessoa tem sentimentos diferentes em relação a algo.

Uma teoria baseada no subjetivismo moral é o emotivismo. O emotivismo tenta, e em grande parte consegue, responder às críticas ao subjetivismo "simples". Em relação à primeira crítica, este afirma que existe uma diferença entre dizer "Matar é incorreto" e dizer "Matar, que horror!" ou "Não o mates!". Eu posso dizer que "Matar é incorreto" é uma afirmação falsa, mas isso não faria sentido para "Matar, que horror!". As últimas não podem ser falsas, ou corrigidas, porque ou expressam uma ordem ou tentam influenciar alguém. Quanto à segunda crítica, o emotivismo afirma que existem várias formas de discutir. Pode-se discutir quanto a factos e outras coisas objetivas, ou em relação a opiniões ou outras coisas subjetivas, como as emoções e os sentimentos.

Teorias Religiosas

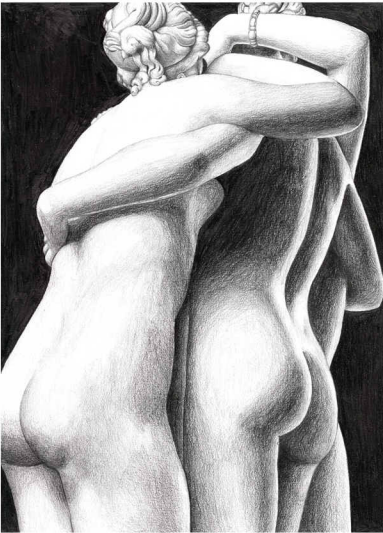
Iremos agora explorar duas teorias de teor mais religioso, pois implicam Deus de uma forma ou outra. A primeira é a dos Mandamentos Divinos. Esta diz, simplesmente, que Deus criou regras, e que apesar de podermos cumpri-las ou não, algo é moralmente valioso se Deus ordenar, e imoral se Deus proibir. No entanto, há uma questão que parece dizimar esta teoria. Muitas vezes, os seus defensores foram ambíguos sobre se algo é correto porque Deus diz que é, ou se Deus diz porque é correto. Se Deus diz porque é correto, significa que algo já era correto antes de Deus dizer, o que elimina a teoria. Se é correto porque Deus diz, então não existe qualquer razão para Deus ordenar algo, ou seja, Deus deixa de ser infinitamente sábio ou até bondoso. A outra teoria que iremos explorar é a da lei natural. Esta teoria afirma que tudo tem uma finalidade. Porque é que o Sol existe? Para que as plantas possam sobreviver. E as plantas? Para que os animais as comam. A finalidade última seria então o ser humano. É aqui que entra Deus: os pensadores cristãos disseram pois que, se as plantas existem para que os animais as comam, elas existem porque Deus as criou; além disso, afirmam que tudo tem uma ordem, e que tudo deve ter benevolência para com tudo o resto e seguir o seu objetivo; o mesmo se aplica para a ética: o ser humano deve seguir o seu objetivo, e comportar-se de acordo com a natureza (e por extensão, o seu criador).

Egoísmo Psicológico

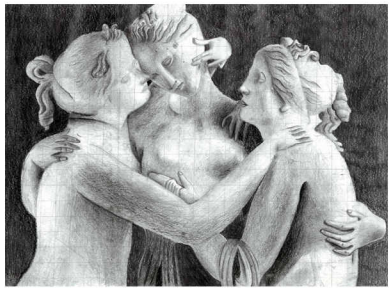
Será possível ser-se altruísta? O egoísmo psicológico é uma teoria muito comum que assenta numa estratégia simples de reinterpretação dos motivos. Este nega a possibilidade do altruísmo. Por exemplo, se eu comprar um presente a um amigo, talvez esteja apenas a tentar estabelecer uma amizade mais profunda para que lhe consiga pedir dinheiro mais tarde. Os dois principais argumentos a favor deste argumento são, em primeiro lugar, o argumento que fazemos o que mais desejamos fazer, e o argumento que fazemos o que nos faz sentir bem. Ambos são auto-explicativos, negando portanto qualquer motivo que não seja ego-centrado.



Margarida Lobato



Ana Ferreira



Bernardo Pires



Bruna Carvalho



Daniela Costa

No entanto, ambos argumentos sofrem de falhas crónicas fáceis de identificar. O primeiro, ao negar que possamos fazer algo que não queiramos voluntariamente, está simplesmente errado. Eu posso querer fazer algo, mesmo que não goste porque, por exemplo, gosto da recompensa que me trará. O mesmo argumento tem ainda outra falha: mesmo que eu apenas faça o que mais gosto ou desejo, tal não é necessariamente de carácter egoísta. O segundo argumento, sofre também das mesmas falhas, além de uma falha extra: imaginemos que alguém ajuda os outros para que se sinta melhor. Ou essa pessoa quer saber dos que necessitam, sendo portanto altruísta e não egoísta, ou não. No entanto, se uma pessoa não quer saber da ajuda que dá, por que razão se sente melhor com isso? Conclui-se, então, que essa pessoa seria altruísta, não sendo portanto egoísta. Além de tudo isto, o egoísmo psicológico, como um todo, sofre dum problema maior: é irrefutável, e uma teoria irrefutável, por não ser possível de testar, é considerada uma falácia.

Egoísmo Ético

O egoísmo ético é bastante diferente do egoísmo psicológico. Enquanto o último tenta explicar as intenções das pessoas, o primeiro afirma, que as intenções não interessam, pois o egoísmo é moralmente superior de qualquer forma. Existem 3 argumentos principais que defendem esta teoria. O primeiro é o argumento que o altruísmo se autodestrói. Em sumário, este argumento defende que nós conhecemos as nossas necessidades de forma melhor que os outros, pelo que seríamos mais eficazes se apenas os tivéssemos em conta, para melhorar a sociedade. A principal falha deste argumento é que a sua consequência é o aprimoramento da sociedade - uma causa benevolente, e não egoísta! O segundo argumento é o de que o altruísmo não leva o valor do ser humano a sério. Este argumento defende que o altruísmo está disposto a sacrificar a vida de alguém (leia-se, os bens que esta pessoa acumulou ao longo da sua vida) para que a sociedade prospere, logo, o altruísmo não leva a sério o valor do ser humano. No entanto, o egoísmo ético, por valorizar os interesses do ser humano acima de tudo, leva a sério o valor do ser humano, pelo que é superior às outras filosofias morais. O principal problema deste argumento, é que é, no fundo, a falácia do preto-branco; não há cinzento, ou estás connosco, ou contra nós. Não existe meio-termo, ou se aceita o egoísmo ético, ou o altruísmo, pelo que se retrata o altruísmo como uma teoria demente, para que se aceite o egoísmo ético. O terceiro argumento é o do egoísmo ético como regra de ouro. A regra de ouro diz que "não faças aos outros o que não queres que te façam a ti". Este argumento afirma que o egoísmo ético é, basicamente, um conjunto de regras simples: não mentir, não fazer mal, cumpre promessas. O problema com este argumento é de que acaba por não defender o egoísmo ético, pois é possível o cumprimento destas regras sem se ser egoísta.

O Utilitarismo

O Utilitarismo é uma das teorias morais mais conhecidas de sempre. Esta afirma que, em primeiro lugar, apenas as consequências das ações importam para determinar se uma ação é correta; que a única consequência que importa é a felicidade que uma ação trás; por último, que as pessoas para quem a felicidade foi gerada contam como iguais; esta teoria foi bastante inovadora na sua época, o seu objetivo era claramente reformista e pragmático e propunha uma teoria moral em que se eliminava a referência a de Deus. Mas será que apenas a felicidade importa? Um utilitarista diria que sim, mas no geral, nós normalmente acreditamos que existem outros conceitos que importam além daquele, para determinar algo como moralmente correto. Uma deles é a justiça; existem casos onde a ação "moralmente correta", segundo o utilitarismo, envolveria a morte de pessoas inocentes, para trazer felicidade aos outros. Outro, os nossos direitos; há várias situações onde fazer o que traz mais felicidade a todos nós pode envolver quebrar os direitos de cada um de nós. Mas o utilitarismo sofre ainda de mais falhas: este exige o máximo de nós (o sacrifício da nossa vida, como lhe chamaria Ayn Rand, uma defensora do egoísmo ético), e completamente destrói a nossa vida social. Em primeiro lugar, ele exige que, por exemplo, se houver crianças em África a passar fome, o nosso dever para com elas é o de gerar felicidade, e não ficariam eles felizes se nós vendêssemos a nossa casa e doássemos o nosso salário par elas poderem comer? A segunda crítica vai nas mesmas linhas: ao exigir que todas as pessoas fossem vistas como iguais, o dever mais alto para com os nossos amigos não se aplica; teríamos de considerar iguais a todas as pessoas, não poderíamos ser parciais para com os nossos amigos.

Teoria de Kant

A teoria de Immanuel Kant baseia-se numa ideia algo estranha: que existem leis que não podem ser quebradas em qualquer situação. Esta regra é o Imperativo Categórico, e diferencia-se do dever hipotético pois este apresenta-se em todas as situações, enquanto o dever hipotético apresenta-se de acordo com as consequências que provoca. Kant acredita que este imperativo provém da racionalidade humana, e que deve ser cumprido em qualquer situação, sem exceção. Kant afirmava que o ser humano tem um valor intrínseco, a sua dignidade; portanto, este afirmava que o Imperativo Categórico era o de que as pessoas devem ser tratadas como fins e não como meios, ou seja, que não devem ser usadas para alcançar algo. Outra formulação, que significa a mesma coisa, diz que o Imperativo Categórico é o de que devemos tomar as nossas ações como que se fossem leis universais que todos seguissem, ou seja, a regra de ouro " não faças aos outros o que não queres que te façam a ti ". Kant distingue também entre ações que são realizadas por dever, ou em conformidade ao dever. As primeiras são feitas por boas razões, são ações moralmente corretas, enquanto as segundas, não são imorais, mas como não têm os motivos corretos, também não são corretas. A falha desta teoria é de não ter em conta os possíveis conflitos de interesse. Se uma pessoa fosse confrontada com apenas a possibilidade de mentir a alguém, o que quebra o Imperativo Categórico, ou matar outra pessoa, o que também quebra o Imperativo Categórico, haveria sempre um conflito entre o que fazer.

Teoria do Contrato Social

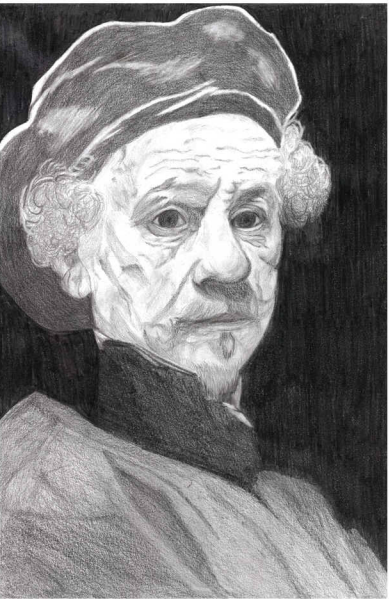
A Teoria do Contrato Social foi criada por Thomas Hobbes (cujo nome inspirou a banda desenhada "Calvin and Hobbes"), e começa por nos explicar como seria a humanidade no princípio dos tempos, no seu estado de natureza. Em primeiro lugar, haveria uma igualdade de necessidades - todos necessitamos de basicamente as mesmas coisas - e escassez de produtos para as satisfazer (o problema económico). Portanto, alguém iria de triunfar sobre os outros, numa competição louca pela sobrevivência? Hobbes pensa que não, que ninguém conseguiria triunfar sobre ninguém, e acabaríamos num estado de guerra constante de um contra todos. Aliás, isto é o que historicamente sucede quando governos caem, e acontece a insurreição. O que aconteceria então? Segundo Hobbes, teria de haver garantias de que, em primeiro lugar, as pessoas não fariam mal umas às outras, e, em segundo lugar, que estas cumpririam os acordos que estabelecessem entre elas, ou seja, que confiem umas nas outras. Dessa forma, formar-se-ia um governo, um sistema de leis, uma polícia, etc. e poderia haver lugar para as artes, as letras, as casas, ou seja, poderia haver lugar para uma civilização. Isto seria uma mudança imensa no homem: poderia agora haver lugar para a beneficência e para o altruísmo, que não existia durante a guerra constante. Esta é uma mudança tão grande, aliás, que outro filósofo, Rousseau, chega afirmar que a raça humana, "um animal estúpido e sem imaginação, se fez (se transformou em) um ser inteligente e um homem". De qualquer forma, a nível ético, o que seria moralmente aceitável? Tudo aquilo que é necessário à sociedade, pois é mais vantajoso viver desta forma. Esta teoria sofre de algumas falhas. A primeira é a nível histórico: vivíamos em caos total, mas, felizmente, todos se juntaram, estabeleceram um contrato social, e tudo ficou melhor. Exceto que isto não aconteceu, logo, não se pode explicar as obrigações das pessoas para com a sociedade, e não há nenhum papel que o prove. Esta objeção não tem no entanto em conta que o contrato social é implícito, não necessita de existir mesmo. Outra objeção é a de que os animais, por exemplo, não têm a capacidade de entrar em acordos connosco, logo não existe qualquer razão para sofrerem dos benefícios do contrato social, ou seja, a sua tortura, por exemplo, não é moralmente errada. E se isto não é aterradorizante o suficiente, esta linha de pensamento também se estende a humanos com baixas capacidades cognitivas devido a deficiências mentais.

A Teoria das Virtudes

Esta é uma teoria, originada na Grécia antiga, que defende, simplesmente, que estamos a fazer a pergunta errada. A pergunta não é "O que é uma ação moralmente correta?", mas sim "Quais são os traços de carácter que tornam uma pessoa boa" (assume-se que o traço de caráter que fazem uma pessoa boa também a levariam a fazer a ação correta). E quais são essas virtudes, ou traços de carácter? Um dos problemas desta teoria é que acaba por ser difícil de dar uma lista completa, mas algumas são, por exemplo: Compaixão, Justiça, Autodisciplina, Generosidade, Afabilidade, Coragem, Paciência, Honestidade, Sensatez, Cortesia, Lealdade, Tolerância e Moderação; estas virtudes são todas importantes por



Beatriz Félix



Brenda Côrte



Ana Ferreira



Daniela Oliveira

Existem Regras Morais Absolutas?

Tal como Kant, acredito que um individuo não pode ser utilizado como meio para atingir um fim de outro individuo, porque cada ser humano é um fim em si mesmo.

Francisco Sousa Santos

“A moral é como uma voz absoluta que impõe respeito, que nos admoesta, invencivelmente, embora a queiramos fazer calar e tratemos de não a escutar.” (Immanuel Kant)

“A moral, propriamente dita, não é a doutrina que nos ensina como sermos felizes, mas como devemos tornar-nos dignos da felicidade.” (Immanuel Kant)

Este trabalho tem como objetivo abordar e apresentar o tema do 9.º capítulo do livro “Elementos de Filosofia Moral” de James Rachels, sugerido pela senhora professora Paula Pires.

Neste capítulo o autor mostra diversas perspetivas acerca da existência de regras morais absolutas. Ao longo do texto o autor não expressa diretamente a sua posição em relação à matéria em questão, embora apresente uma linha de pensamento com certas inclinações para uma posição de inexistência de tais regras. O problema abordado neste capítulo é muito importante, pois diz respeito a como devemos agir e ao facto de poderem existir regras morais que devemos sempre seguir por serem absolutas, ou seja incontornáveis e sem exceções.

Para este problema existem duas posições possíveis: afirmar que existem regras morais absolutas ou afirmar que tais regras são inexistentes. O autor apresenta ambas as posições, dando o exemplo de Kant e de Elizabeth Anscombe como defensores da primeira afirmação. A segunda posição é apresentada no livro para contestar a primeira e sem haver um exemplo concreto de um filósofo que a defenda, talvez por ser a mais aceite e aquela que no geral as pessoas compreendem melhor. A posição de que estas regras não existem é sem dúvida apelativa, caso contrário não seria aceite por tantas pessoas. No entanto, considero que as regras morais absolutas existem e concordo com as palavras de Kant e de Anscombe. Para discutir ambos os pontos de vista é útil recorrer a exemplos. O autor serve-se de um exemplo muito utilizado quando se fala de dilemas morais: o de Truman e as bombas atómicas.

Problemas e exemplos

O autor faz então uma alusão a esta situação de Truman e as bombas atómicas. Harry Truman, presidente dos E.U.A, enfrenta uma escolha que o leva a ter de tomar uma decisão com audácia. Tem duas opções: lançar duas bombas atómicas em duas cidades japonesas e salvar assim milhares de vidas de americanos e aliados e acabar com a segunda guerra mundial ou realizar invasões sangrentas e complicadas que iriam também acabar com a guerra mas iriam prolongá-la e representavam a morte de inúmeras pessoas. Por outras palavras, Truman teve de optar entre tirar um grande número de vidas (das quais uma grande parte eram inocentes) para salvar ainda mais vidas ou deixar a guerra prolongar-se e ver milhares de pessoas que podiam ter sido salvas, morrerem. A decisão por ele tomada foi a de utilizar as bombas atómicas para acabar com a guerra. É através deste exemplo que no livro surge Elizabeth Anscombe, uma filósofa, que na segunda guerra mundial era apenas uma jovem estudante. Perante esta situação, Anscombe defende que existem regras morais absolutas e apresenta a sua teoria sobre estas regras e a sua existência em objeção à decisão de Truman e à análise positiva desta decisão por parte de algumas entidades.

Neste caso, a regra moral de “não matar inocentes” não é seguida, em benefício de um alegado bem maior, a salvação de milhares de vidas, como uma causa de desculpa para não a observar. Truman bem como muitos outros, acreditava que estava a agir corretamente porque, apesar de estar a matar vidas humanas, desse ato iria resultar o fim da guerra e um imenso número de vidas salvas. Logo, estaria a agir em prol da maior felicidade e o seu ato, que normalmente seria condenável e extremamente imoral, seria justificado pelas consequências positivas que teria. Portanto, aqueles que concordam com a decisão de Truman afirmam que existem regras morais mas que existem exceções e em certos cenários podem não ser postas em prática, logo não são absolutas. No entanto, tal como Kant, acredito que um individuo não pode ser utilizado como meio para atingir um fim de outro individuo, porque cada ser humano é um fim em si mesmo. Isto foi um dos argumentos apresentados por Anscombe e que mostra que não podemos utilizar ninguém como meio para atingir um fim, ou seja, independentemente do resultado, não podemos matar alguém, por muitas vidas que essa morte salve. Isto mostra que nesta situação ou em qualquer outra não se torna aceitável utilizar o resultado, por muito positivo que seja, para fugir a uma regra moral.

Um outro caso que pode ser útil na elucidação desta linha de pensamento é um problema criado por Philippa Foot “o problema do Trólei”: Está em pé, ao lado de uma linha férrea e vê um comboio a aproximar-se de si. Toma consciência de que os travões desse comboio falharam. Há cinco pessoas amarradas ao carril. Vão morrer, a não ser que tome uma atitude. Você está ao lado de um interruptor. Se o puxar, o comboio muda de linha. O problema é que há uma pessoa amarrada nessa outra linha e ao puxar o interruptor irá matá-la. Deve puxá-lo?

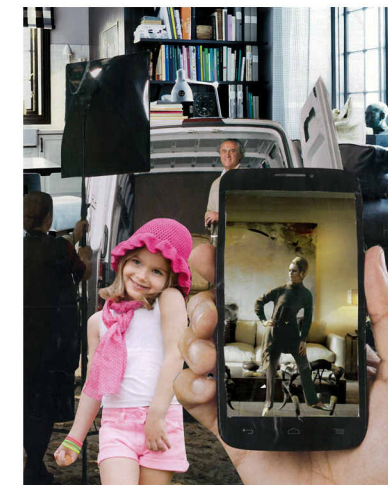
A maioria das pessoas responde que sim. Utilizando a linha de pensamento de Truman podemos dizer, com toda a clareza, que sim pois estamos a sacrificar uma vida em prol de cinco. Mas será que temos mesmo o direito de decidir quem tem direito a viver? Tenho poder para decidir se um individuo deve ou não morrer? Haverá distinção entre a importância de uma vida ou cinco vidas? A resposta a todas estas perguntas é não, pois cada pessoa tem a mesma importância e os mesmos direitos. Eu não tenho o direito de dizer quem deve viver ou morrer. Não me cabe a mim tomar essa decisão. Portanto, a minha resposta a este problema é que não devemos interferir mesmo sabendo que podíamos salvar cinco pessoas. Pois, para tal, teria de matar uma e é inaceitável fazer tal coisa considerando que a importância de uma vida é tanta como a de duas, três ou um milhão, e, mais uma vez, eu não posso utilizar alguém como um meio para atingir um fim. É por isto que “não matar inocentes” é uma regra moral absoluta. Muitas pessoas têm dificuldade em aceitá-la como absoluta pois isso implica um rigor moral muito elevado e que muitas vezes é quase inalcançável, mas por isso mesmo é que deve ser assim pois tal como ninguém é um atleta excepcional sem muito treino, também não podemos atingir um elevado padrão moral sem muito esforço e sacrifício. Uma das razões que leva a maioria a acreditar que as regras morais não são absolutas é o facto de as pessoas terem necessidade de sentir que podem contornar essas regras e depois justificar as suas ações como algo positivo, para que possam sentir-se melhor embora isso seja uma mera ilusão.



Carolina Rosa



Maria Carolina Correia



Maria Carolina Nunes



Filipa Carvalho Dias



Carlota Barros



Sara Fernandes

Kant e as regras morais absolutas

Kant defende que existem regras morais absolutas através do “Imperativo Categórico”. É apresentado como sendo uma regra que diz, citando Kant: “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que se torne lei universal”. A ética de Kant está muito assente na palavra dever. Como tal, Kant faz uma distinção entre deveres categóricos e deveres hipotéticos. Os deveres hipotéticos baseiam-se em desejos. É quando estamos a agir em conformidade com o dever, ou seja, quando realizamos uma ação interessada. Os deveres categóricos baseiam-se na razão, sendo obrigatórios para os seres racionais, porque são atitudes racionais. São estes deveres que nos levam ao princípio que Kant nos propõe como “Imperativo Categórico”.

A ética de Kant não permite a justificação de um ato com base nos seus resultados. Por esse motivo, Kant diz que, como seres racionais, estamos obrigados a seguir certas regras morais. Como os fins não justificam os meios, as nossas ações devem ser analisadas com base nas nossas motivações e não com base nos resultados. Kant afirma que como seres racionais temos estas obrigações, pois sendo racionais e regendo-nos segundo a razão então podemos concluir que há “princípios” ou “máximas” que devemos ter sempre presentes e por isso existem também factos morais, como o facto de que mentir é errado. Logo isso pressupõe que existem também regras morais absolutas, pois se mentir é errado então devemos sempre dizer a verdade.

Numa tentativa de analisar melhor as regras morais absolutas, o autor recorre à regra moral, na qual Kant acredita, que vai contra a mentira. Kant afirmou que mentir é, em quaisquer circunstâncias, “a destruição da nossa dignidade como seres humanos”. O principal argumento por ele apresentado foi o de que a proibição de mentir se segue do imperativo categórico. Logo se quiséssemos que mentir fosse uma lei universal, isso derrotar-se ia a si mesmo. O autor elabora então o pensamento de Kant da seguinte maneira:

Devemos fazer apenas aquelas ações que estejam em conformidade com regras que possamos desejar ver adotadas universalmente;

Se mentíssemos, estaríamos a seguir a regra “é permissível mentir”;

Esta regra não poderia ser adotada universalmente, porque se derrotaria a si mesma: as pessoas deixariam de acreditar umas nas outras, e então deixaria de valer a pena mentir;

Logo, não devemos mentir.

Elizabeth Anscombe apresentou uma objeção a este raciocínio. Embora concordasse com a conclusão, apontou um problema na segunda premissa do argumento. Este problema tinha como base o facto de que as regras podem ser formuladas de várias maneiras. Algumas das regras poderiam ser universais, é dado o exemplo: “É permissível mentir quando fazê-lo salva a vida de uma pessoa”. Poderíamos querer que esta regra fosse transformada em “lei universal” e se fosse esta a regra já não se derrotava a si mesma.

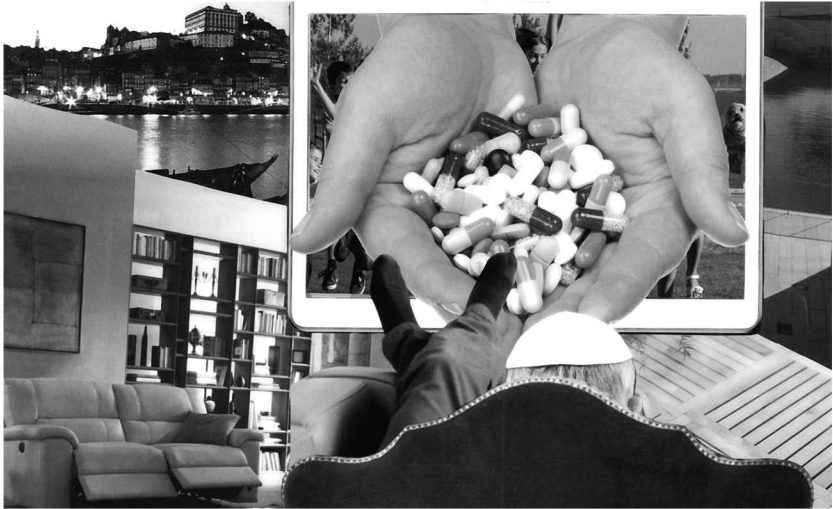
Esta objeção parece-me mal fundamentada e duvidosa, pois no caso apresentado por Anscombe estamos a criar uma regra que nela própria contém uma circunstância, a de ter a vida de alguém nas “nossas mãos”. O problema emergente é que as regras morais devem ser regras que aplicamos a uma universalidade e não a circunstâncias em si mesmas ou dependentes de um certo cenário. Além disso, para que uma lei se torne universal ou para querermos que o seja é necessário que se possa aplicar em qualquer circunstância. Não é possível que uma regra moral que depende de um determinado cenário seja aplicada noutro. Não se aplicam regras morais por analogia. Concluímos então que há a possibilidade de a linha de pensamento de Kant estar correta. Não podemos criar uma regra moral limitada a certas circunstâncias, uma regra moral deve ser algo aplicável em qualquer circunstância. Duvidar desta afirmação é possível, no entanto, a filósofa concorda com esta afirmação ao dizer que existem regras morais absolutas, ou seja leis universais. Portanto, o facto de em seguida criar um exemplo em que coloca como hipótese uma regra moral que é limitada a uma situação, o que automaticamente impossibilita a aceitação de tal regra moral, leva a uma disrupção no raciocínio e a uma falta de coerência e fundamentação para sustentar a objeção.

Esta não foi a única objeção elaborada contra as teses formuladas por Kant. Muitos filósofos viam e veem a maneira de pensar de Kant e aquilo que Kant defendia como algo “estranho”. Devido a isso foi apresentado a Kant o seguinte problema: “Imagine-se que alguém está a fugir de um assassino e diz-lhe que vai para casa esconder-se. O assassino chega então, fazendo-se passar por inocente e

pergunta-lhe para onde foi a pessoa que fugia. O leitor pensa que se disser a verdade, o assassino descobrirá a pessoa e matá-la-á. Suponha-se ainda que o assassino está já a seguir na direcção certa, e o leitor pensa que se ficar calado ele encontrará a pessoa e matá-la-á. O que fazer então?” Este problema é designado como “O Caso da Pergunta do Assassino”. Perante este problema Kant continuou a defender que existem regras morais absolutas. No meu entender este exemplo nada muda no que diz respeito à existência de regras morais absolutas. Neste caso, o correto seria dizer a verdade. As razões pelas quais é tão fácil para as pessoas aceitarem uma exceção à regra são: por vezes, em casos como este dizer a verdade parece levar a consequências negativas enquanto mentir aparenta ter consequências positivas; a aparente existência de conflito entre regras morais faz-nos ponderar entre quebrar uma ou outra e neste caso seria quebrada a regra que nos impõe a verdade pois está uma vida em jogo e nada tem mais valor do que uma vida.

Começando por analisar o primeiro ponto podemos ver que certamente não foi pensado por deontologistas. Primeiramente devemos ter assentido que o mais importante nas nossas ações são as motivações. Para que uma ação seja moralmente correta devemos agir segundo uma máxima e realizar uma ação desinteressada. Se mentirmos para alcançar consequências positivas estaremos a realizar a ação errada, pois os fins não justificam os meios e tal como isto é verdade para uma situação como o Problema do Trólei em que matamos para salvar vidas, é também verdade para quaisquer outras circunstâncias. Nestes casos em que da mentira se seguem consequências positivas, essas consequências funcionam apenas como aliantes para não seguir uma regra moral tal como se nos fosse oferecido dinheiro. Na realidade, nada mudou no que diz respeito às nossas obrigações morais, porque continuamos a ter de dizer a verdade independentemente das consequências que possam ter. O facto de trazer boas ou más consequências é irrelevante para a nossa responsabilidade de seguir uma regra moral.

Quanto ao segundo ponto, trata-se de uma ilusão. Por exemplo no “Caso da Pergunta do Assassino” se analisarmos bem o caso, podemos verificar que não existe qualquer conflito entre regras morais. Neste caso, aquilo que está em questão é dizer a verdade e se é essa a regra que devemos seguir. Neste caso não existe um conflito entre o dever de dizer a verdade e o de ajudar uma pessoa, porque o dever de ajudar uma pessoa é, neste caso, uma consequência de uma ação que podemos realizar, que é mentir. A questão é que não podemos pensar numa consequência como regra moral, pois as regras morais são regras que nos dizem como devemos agir e baseiam-se em factos morais e não nas consequências das ações. Logo neste caso o que está em questão é apenas dizer ou não a verdade porque aqui ajudar outra pessoa já será uma consequência da nossa ação e, por isso, não há qualquer dever para com essa outra pessoa. Não obstante, há sim um dever para com nós mesmos como agente moral de agir segundo uma máxima e dizer a verdade. O conflito entre regras é uma das principais objeções à existência de regras morais absolutas. No entanto, penso que esta objeção nos ajuda a esclarecer melhor o que são estas regras morais absolutas. James Rachels faz referência a uma situação em que as escolhas eram mentir ou permitir a morte de inocentes, pondo como regras absolutas “não mentir” e “não permitir a morte de inocentes”. Nesta situação, podemos concluir que não teria sentido ter regras morais absolutas e que isso está bem ilustrado com este exemplo. Mas essa conclusão está errada porque, neste caso, o problema não é a situação ou o facto de existir ou não um conflito. O conflito existe, o problema é o que é admitido como regra moral absoluta, pois “não mentir” é uma regra moral absoluta mas o mesmo não se pode dizer de “não permitir a morte de inocentes”. Ao admitir a segunda regra moral como absoluta está a ser cometido um erro do qual se segue a conclusão errada de que não existem regras morais absolutas. Esta segunda regra é uma regra moral, mas não pode nunca ser admitida como absoluta. Ao admitir esta regra moral como absoluta está a ser cometido um erro do qual se



Rafael Vasconcelos



Simão Loureiro



Joana Rosa



Gisele Ramos

segue a conclusão errada de que não existem regras morais absolutas. Porque é algo que nós podemos tentar fazer mas nem sempre depende de nós e também tal como no caso que nos é apresentado o facto de não a seguirmos pode ter como causa o facto de agirmos segundo uma regra moral absoluta.

No meu entendimento, existem regras morais absolutas, o que não quer dizer que todas as regras morais sejam absolutas. Ou seja, apesar de existirem regras morais que devemos sempre seguir, nem todas devem ter o carácter absoluto. Muitas regras morais devem ser seguidas sempre que possível mas não devem ser consideradas absolutas e devem apenas ser quebradas em caso de conflito com regras morais de igual ou superior valor. Esta é uma distinção que não me parece ser feita com regularidade e que traz um maior equilíbrio à moralidade e

permite ainda que se mantenha rigor.

Em conclusão, eu acredito que existem regras morais absolutas e concordo, no geral, com a ética de Kant, embora não concorde totalmente com algumas das suas ideias. Deve ser aceite que existem regras morais absolutas, mas que nem todas as regras morais são absolutas. Para uma regra moral ser absoluta deve preencher certos requisitos: basear-se num facto moral incontornável, ser em todas as suas possibilidades uma ação direta do agente e ser algo que dependa apenas do agente e não de terceiros. Desta maneira conciliamos a existência de regras morais absolutas e o rigor que trazem à moralidade com as situações em que existe um conflito entre regras morais e temos de optar por uma que nesse caso será sempre aquela que for absoluta, pois não é possível a existência de um conflito entre duas regras morais absolutas por serem baseadas em factos morais. Teria de existir um facto moral oposto a outro, algo que, em tese, não deve acontecer.

Feminismo e Ética dos Afetos

Pensam os homens e mulheres de maneira diferente sobre a Ética?



Beatriz Félix

Rita Atalaia

“De mim não aprendereis Filosofia, mas sim como filosofar, não aprendereis pensamentos para repetir, mas sim como pensar.” (Immanuel Kant)

“A ideia de que homens e mulheres pensam de forma diferente tem tradicionalmente sido usada para justificar a subjugação de uns pelos outros.” Este pensamento surgiu desde sempre. A ideia de que os homens pertencem ao mercado de trabalho e ao sustento da família; e de que as mulheres pertencem ao meio doméstico e se encarregam da educação dos filhos é algo que remonta aos primeiros seres humanos. Afinal, era o homem que caçava e trazia alimento para casa e a mulher que cuidava do ambiente doméstico.

No entanto, foi a partir da 1ª e 2ª Guerra Mundial que as mulheres se começaram a afirmar no ambiente público: os homens partiam para a guerra e eram elas que os substituíam nos empregos. A partir daí, começou uma crescente afirmação do sexo feminino, registando o seu pico nos anos 60 e 70. Estas afirmavam que não existia qualquer diferença psicológica entre os dois sexos. Assim, descartavam a ideia de que os homens eram racionais e as mulheres emocionais, era apenas um mero estereótipo. Hoje em dia, algumas feministas discordam desta ideia e consideraram que, de facto, as mulheres pensam de maneira diferente dos homens. No entanto, os pensamentos são ambos corretos: os femininos não são inferiores aos masculinos. A partir desta ideia, é-nos incutido

que esta diferença e desigualdade de forma de pensar iria, de facto, trazer vantagens ao mercado público. As novas ideias femininas iriam trazer novas abordagens, igualmente racionais, das quais resultariam várias vantagens. Assim, surgiriam desenvolvimentos nas áreas que até agora são dominadas por homens. Desta forma, a ética é um meio primordial para o avanço que se registaria.

Os estádios de desenvolvimento moral de Kohlberg

Considere-se o seguinte problema proposto pelo psicólogo da educação Lawrence Kohlberg:

A mulher de Heinz estava prestes a morrer, e a sua única esperança era um medicamento que fora descoberto por um farmacêutico, que o vendia a um preço exorbitante. É proposto que o medicamento valha 200 dólares, mas esteja a ser vendido por 2000. Porém, Heinz apenas conseguira reunir 1000 dólares. Ofereceu esta quantia ao farmacêutico e, quando esta fora rejeitada, prometeu pagar a restante quantia depois. O vendedor recusou e, em desespero, Heinz pensou em roubar o medicamento. É-nos assim proposto se o era errado fazer. Este problema, conhecido como “Problema de Heinz” foi um dos usados por Kohlberg para estudar o desenvolvimento moral das crianças. Este entrevistou crianças de várias idades, apresentando-lhes uma série de dilemas e fazendo perguntas concebidas para obter os seus juízos morais e as razões em seu apoio. Assim, Kohlberg conclui que existem seis níveis de desenvolvimento moral:

Estádio da Punição e Obediência: o bem moral é concebido como a obediência à autoridade e o evitar da punição. Assim, Heinz não roubaria o medicamento, logo não era preso;

Estádio dos Objetivos Individuais Instrumentais e da Troca: aqui o bem é agir de forma a satisfazer as suas próprias necessidades, permitindo aos outros que façam o mesmo, através de “acordos justos” permitindo a concretização dos objetivos desejados, assim Heinz juntaria os 2000 dólares, para que ele e o farmacêutico tivessem os seus desejos realizados: Heinz salvaria a mulher e o farmacêutico reuniria o dinheiro;

Estádio das expectativas Impessoais, Relações e Conformidade Mútuas: aqui o bem é definido como os deveres e responsabilidades que acompanham os deveres e responsabilidades que acompanham os papéis sociais de um indivíduo e as suas relações interpessoais, uma virtude fundamental é “manter a lealdade e a confiança entre os parceiros”. Assim, Heinz conversaria com o farmacêutico e chegaria a um acordo: o resto do dinheiro que faltava para comprar o medicamento seria depois entregue.

Estádio do Sistema Social e da Manutenção da Consciência: a ideia de fazer o seu dever em sociedade e manter o bem-estar do grupo assume a maior importância, Heinz poderia roubar o medicamento;

Estádio dos Direitos Prévios e do Contrato Social ou Utilidade: o bem consiste em proteger os direitos, valores e acordos legais essenciais da sociedade, assim Heinz teria o direito de querer salvar a mulher, mesmo que a única maneira fosse roubando o medicamento;

Estádio dos Princípios Éticos Universais: a plena maturidade manifesta-se pela fidelidade de uma pessoa aos princípios abstratos que toda a humanidade deveria seguir.

Nesta situação, surgem dois deveres em conflito de valor: devo salvar a minha mulher e roubar o medicamento, ou deixo-a morrer porque não tenho dinheiro suficiente para o comprar? A meu ver, Heinz poderia roubar o medicamento e salvar a mulher. Sabendo que se roubarmos algo vamos a julgamento, e daí para a prisão, Heinz acabaria por ser condenado, mas com a garantia e consciência que a mulher estava salva. Assim, quando cumprisse a sua pena, a sua mulher estaria presente. Mas, pelo contrário, se não roubasse o medicamento, e deixasse a sua mulher morrer, teria sempre o peso da consciência que a poderia ter salvado, perdendo-a por completo. Assim, concluo, que, nesta situação, eu demonstraria o meu afeto pelo meu cônjuge salvando-o, mesmo que tivesse que estar algum tempo presa, porque quando saísse da prisão saberia que ele estaria vivo e ficaria comigo, em vez de morrer e nunca mais o ver.



Mariana Elias



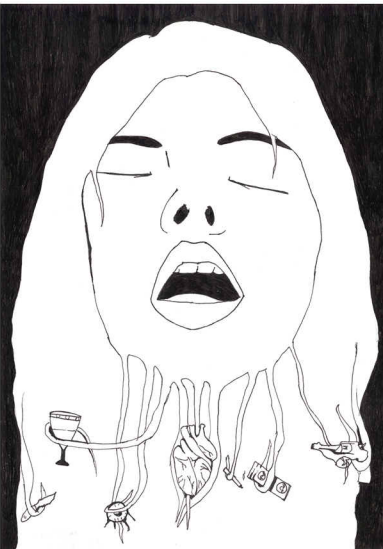
Wilson Lopes



Catarina Pereira



Mafalda Nunes



Mafalda Nunes

A objeção de Gilligan

O “Problema de Heinz” foi proposto a Jake e Amy, ambos de 11 anos. Jake revelou que Heinz deveria roubar o medicamento, mas já Amy defendeu que ele e o farmacêutico deviam conversar e chegar a um acordo. Nesta situação, Kohlberg considerou que Jake tinha uma maturidade moral mais elevada (estádio 4 ou 5) e Amy uma maturidade moral de estágio 3.

Esta teoria, a de Kohlberg, tem sido uma teoria privilegiada pelas feministas. Assim, em 1982, Carol Gillian, professora na Harvard School of Education, tal como Kohlberg, publicou um livro intitulado Teoria Psicológica e Desenvolvimento da Mulher, no qual questiona o que Kohlberg diz sobre Jake e Amy. As duas crianças pensam de forma diferente, é verdade, mas a forma de raciocínio de Amy não é inferior.

Desta forma, surgem duas formas de pensamento distintas: a “tipicamente feminina” e a “tipicamente masculina”. Os homens apelam para os princípios impessoais, logo abstraem-se dos detalhes que tornam cada situação única e especial. No caso de Heinz, Jake realça apenas que uma vida é mais importante que o dinheiro. Mas, pelo contrário, as mulheres acham difícil ignorar os pormenores que distinguem cada situação. Amy preocupa-se, porque se Heinz roubar o medicamento, pode salvar a mulher, mas também se habilita a ser condenado a prisão, e nesse caso, a sua mulher poderia piorar e ele não seria capaz de lhe conseguir arranjar os medicamentos necessários.

Gilligan sugere assim, que a orientação moral primordial das mulheres é cuidar dos outros e satisfazer as suas necessidades, escutando-os e compreendendo os seus pontos de vista. Assim, Amy não podia rejeitar o do farmacêutico, podia apenas insistir em mais conversas com ele para tentar de alguma forma conciliá-lo. “A fraqueza moral das mulheres”, afirma Gillian, “manifesta-se numa aparente dispersão e confusão de juízo, é assim inseparável da sua força moral, uma preocupação avassaladora com relações e responsabilidades”.

Surge o seguinte problema: “É verdade que os homens e as mulheres pensam de forma diferente? Se sim, o que explica essa diferença?”

É verdade que as mulheres e os homens pensam de forma diferente?

Desde a publicação do livro de Gillian, que tem havido muita investigação acerca desta pensada diferença. Mas, apesar de os resultados não apresentarem conclusões diretas, isto podemos notar: mesmo que pensemos de forma diferente, as diferenças não podem ser assim tão grandes. Assim, serão mais diferenças de ênfase que de valores fundamentais. É claro, então, que os dois sexos não vivem em universos morais diferentes. Porém, não devemos afastar as diferentes perspetivas que homens e mulheres têm. A diferença do pensamento moral pode ser algo do mesmo género: as mulheres podem tipicamente sentirem mais atração por uma perspetiva de afetos, apesar de nem todas as mulheres serem mais afetivas que os homens. Mas porque existe tal diferença? Por que razão hão de ser as mulheres mais afetuosas?

O que poderá explicar tal diferença entre os sexos?

Parece haver duas diferentes possibilidades.

A primeira é que as mulheres pensam diferente devido ao papel social desde o qual sempre foram destinadas (tarefas domésticas, mesmo que seja um ultraje sexista, as mulheres são educadas a desempenhar esse papel). A ética dos afetos pode ser um condicionamento psicológico que, nós, raparigas, recebemos rotineiramente

A segunda é que existe uma espécie de ligação ente ser mulher e ter uma ética de afetos. Esta teoria surge do facto de ser a mulher a dar à luz, logo é a mulher que desde o início da gravidez que estabelece uma ligação mais emocional com o feto. Assim, a Natureza “elegeu” a mulher, porque são estas que têm um papel físico e psicológico mais maternal, logo mais afetuosas.

Do ponto de vista da “luta pela sobrevivência” darwinista, a diferença mais clara entre homens e mulheres é a seguinte: os homens podem reproduzir-se e engravidar qualquer mulher, a qualquer momento; no entanto, estas só se podem reproduzir de 9 em 9 meses. Podemos, então, afirmar que as estratégias reprodutivas entre os dois sexos são diferentes.

Desta forma, observamos que as mulheres se sentem mais atraídas pelos valores do núcleo familiar. Para os homens, a estratégia é engravidar quantas mulheres quanto possível, dando às crianças apenas o mínimo de recursos possível para que consigam sobreviver o máximo de anos possível. Contudo, as mulheres pensam de outra forma: acarinhar as crianças e mostrar-lhes que são amadas é

importante, assim necessitam que o pai dos seus filhos seja um homem dedicado ao mesmo investimento e que fique por perto. Isto cria, naturalmente uma tensão entre os interesses femininos e masculinos, podendo isso explicar a diferença de atitudes demonstradas.

Conclusão

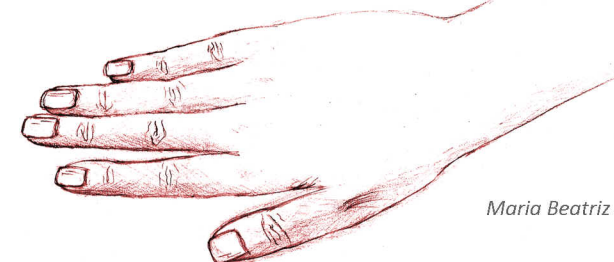
Ainda hoje, embora de uma forma não tão evidente, existem muitas mulheres que procuram afirmar-se na sociedade lutando por uma igualdade de oportunidades, a nível profissional. A vontade de engravidar e o eventual congelamento de óvulos são questões constantemente colocadas às mulheres, quando em situação de entrevista de trabalho, sendo que, quando a resposta não corresponde à expectativa do entrevistador, pode, em alguns casos, a mulher sair em desvantagem perdendo uma oportunidade. Não deixa, no entanto, de ser um contrassenso quando, depois de mais de 50 anos a lutar contra a desigualdade dos sexos, infelizmente ainda assistimos a exemplos concretos de mentalidades sexistas, que não permitem que haja uma igual oportunidade para os dois sexos.

Porém, Portugal, embora registe alguns casos, devido à crise económica pela qual passamos, não é um país discriminador. Pelo contrário, noutras culturas, como as do Oriente, as mulheres não têm quaisquer direitos, sendo vistas como inferiores aos homens. Não podem trabalhar fora de casa; não podem frequentar instituições de ensino; não podem andar na rua sem o pai, irmão ou marido; não podem apertar a mão nem dirigir a palavra a qualquer homem, etc... Estes são apenas algumas das muitas proibições com que são enfrentados todos os dias das suas vidas.

Desta forma, podemos observar que a vida que nós, mulheres que vivemos no mundo ocidental, levamos é muitíssimo diferente das delas, assumindo o fator cultural e social um peso elevado, nessa diferença. Porém, para conseguir essa afirmação profissional na sociedade, percorremos um longo caminho. Antigamente, as mulheres não tinham o direito de escolher o seu parceiro, papel assumido pelo seu pai, quando estas eram bem novinhas; tinham bastantes tarefas diárias (lavar a roupa, passá-la a ferro, consertar, fiar a lã e o linho); tinham a obrigação de educar os filhos... Por isso, lenta e concertadamente, as mulheres portuguesas foram conquistando os seus direitos: em 1906 foi criado o liceu Maria Pia, que permitiu a muitas raparigas iniciarem uma vida escolar; em 1911, as mulheres adquiriram o direito de trabalhar na Função Pública; em 1926, as mulheres passaram a poder lecionar em liceus masculinos; em 1971, Maria Teresa Lobo, foi, oficialmente, a primeira mulher portuguesa no Governo; e, por último, em 1976, foi instituída a nova Constituição, que estabelece a igualdade de homens e mulheres em todos os domínios.

Contudo, e concluindo, verificamos que, em todos os países do mundo, as mulheres continuam a ser tratadas de forma desigual, e, em todos, a solução é a mesma: mudança das mentalidades. As mulheres são seres humanos, tal como os homens. São habilidosas, capazes e competentes. Por isso, nada mais correto que a aplicação correta dos direitos previstos, por Lei, e o igual acesso de oportunidades.

Mas não será esta desigualdade de oportunidades profissionais resultante da forma diferente como pensam os homens e mulheres, sobre a ética?



Maria Beatriz Alves

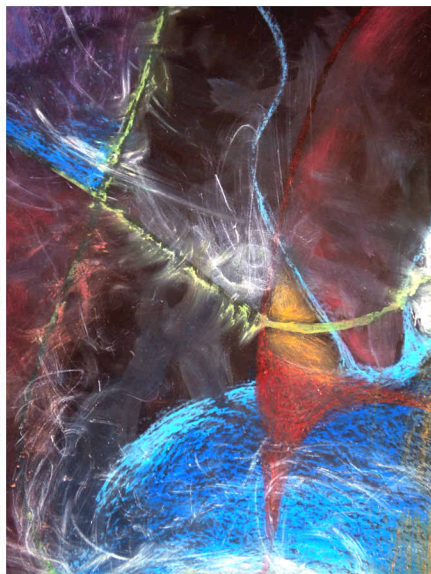


Paulo Ferreira

Rita Gracias (objeto)
Joana Lourenço (modelo)



Vanessa Amaral



Martin Ribeiro, Ana Ferreira e Daniela Costa

Uma Visão da Filosofia

«Fi·lo·so·fi·a (substantivo feminino): Amor pelo saber, e, particularmente, pela investigação das causas e dos efeitos.»

Carolina Santos, Catarina Pereira, Inês Roberto e Jéssica Marques

Filosofia é um conceito que todos pensamos que conhecemos até termos aulas de Filosofia. Mal decidimos fazer este artigo sobre como é que está a correr o nosso ano desta disciplina. Tentámos lembrar-nos do que nos disseram deste “estranho mundo” que nunca conhecemos: “Ou gostas ou odeias!” “Ou tens boas notas ou negativas!” Eram as frases que mais ouvíamos. Mais tarde, já no segundo período, verificámos, com agrado, que Filosofia não era um bicho-de-sete-cabeças, mas sim uma piscina onde tens de saber em que parte saltar. Em Filosofia é preciso estudar, mas não da maneira como estudamos para outras disciplinas. Por isso, a nossa maior dica é nunca tentar decorar a matéria, mas sim entendê-la para poder raciocinar da melhor maneira possível, pelo menos esta foi a resposta que obtivemos da maioria das pessoas da turma. Admitimos que as primeiras aulas foram uma montanha russa de emoções e de confusões. As aulas são barulhentas, agitadas e uma correria de correntes de pensamentos flui. E outra dica importante (já cá vão duas) se queres argumentar sobre a questão-problema que o professor questiona, nunca te podes esquecer que a tua opinião tem de se basear na tese ensinada. Outro ponto de partida foi conhecer uma matéria que nunca abordámos em conjunto com um novo professor, ainda mais se pensarmos nos temas que abordámos durante o ano. Em relação a este assunto, existiram temas polémicos que nos fizeram hesitar, tal como houve questões éticas em que, em prol da teoria, fomos obrigados a repensar algo que aprendemos desde pequenos. O mais divertido da Filosofia é que se enquadra nas 4 áreas, tão diferentes, mas que pelos vistos são exercitadas de maneira igual. É bastante curioso tentar descobrir como cada assunto encaixa na nossa cabeça, como é que cada tese funciona ou como se faz a apreciação crítica de um argumento. Nesta jornada que apenas começou este ano, as quedas foram muitas e as incertezas foram maiores. Mas esta disciplina está aqui para nos ensinar a conhecer a história do pensamento e da mente e a interpretar-nos a nós mesmos, centrando-nos na curiosidade do raciocínio. Resumindo, a Filosofia é útil e importante na construção do adolescente na sociedade, mas nós também enriquecemos a Filosofia. Deixamos o dilema final: “Será que nós aprendemos Filosofia ou a Filosofia aprende connosco?”



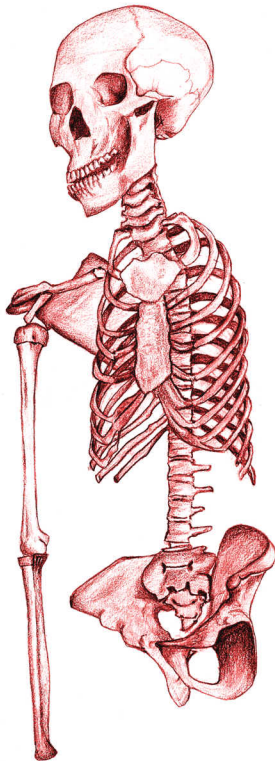
Rita Alexandra Ramos e Brenda Côrte

A Vida de um Cientista

Que usos pode ter a ciência? Para que serve?

Artur Anselmo Assunção e Joana Catarina Fernandes

O que é um cientista?
Um cientista é alguém que dedica a sua vida à compreensão do universo e das ações nele realizadas. Estas ações são designadas por comportamentos científicos. A ciência engloba inúmeros campos, sendo eles relacionados com a natureza, tecnológicos, informáticos e muitos outros. Nesta profissão, ao descobrir algo, o cientista estuda-o e realiza testes, desta maneira descobrindo razões para os seus comportamentos e funcionalidades dos diferentes componentes apresentados em questão. O cientista, de todas as ramificações da ciência, especifica-se apenas num, tornando-se assim num cientista de computação, médico, biólogo, cientista nuclear ou um de muitos outros.
Como contribuem para a sociedade?
Como alunos do curso de Ciências e Tecnologias, frequentemente nos perguntamos o que é que uma dada descoberta científica ou a invenção de algo contribuiu para o Mundo e para a sociedade, quer na altura da sua descoberta, quer nas suas repercussões atuais. Perguntamo-nos qual o contributo de alguém e das suas descobertas para a nossa sociedade. Como é que uma só pessoa, às vezes, pode contribuir tanto? Qual foi esse contributo? Como é que a ciência e os cientistas contribuem para a sociedade?
Dependendo da área de estudo do cientista, eles contribuem de maneira diferente, mas todos contribuem para a sociedade, quer seja por satisfazer a nossa necessidade de saber mais, de saber a nossa origem e o nosso futuro e a origem e o futuro de tudo o que nos rodeia, quer seja para aplicarem esse mesmo conhecimento às necessidades humanas, como, por exemplo, a cura de uma doença. Os últimos são os que mais nos marcam, pois permitiram que alterássemos situações que nunca pensámos serem alteráveis e criar coisas que nunca pensámos serem concebíveis e mesmo acabar e destruir coisas de uma maneira nunca antes imaginada.



Beatriz Félix



Inês Aragão



Margarida Lobato



Beatriz Félix

A ciência contribui muito para a sociedade, permitindo-nos responder a perguntas que sempre nos atormentaram, desde o início da humanidade. Permite-nos encontrar respostas a essas perguntas e com elas fazer coisas inimagináveis. Por vezes, essas respostas são mal usadas, causando sofrimento a muitas pessoas, mas isso não tem a ver com a ciência, mas com o mau uso da mesma. Isso leva-nos a uma outra pergunta: Que usos pode ter a ciência? E para que serve?

Para que serve a ciência?

Como foi dito no tópico anterior, a ciência e os cientistas contribuem muito para a sociedade. Mas como? Para que serve a ciência? Quais os seus possíveis usos?

Anteriormente disse que a ciência nos permitia responder a questões que sempre nos atormentaram. E com essas respostas podemos fazer coisas que nunca imaginámos. Através da ciência aumentamos o nosso conhecimento e podemos usá-lo para múltiplos fins, quer sejam bons ou maus. Por vezes, a ciência é usada com uma má intenção, como a guerra. Muitas vezes, é durante conflitos que surgem grandes ideias e projetos. É nestas alturas que a ciência evolui mais. Um exemplo disso é o século XX, em que houve um grande avanço científico e tecnológico, em parte devido aos vários conflitos que houve. A maioria das descobertas, após o final do conflito, tem vários usos, não relacionados com o seu objetivo primário.

Apesar das más aplicações da ciência, ela contribui muito para a melhoria da nossa vida, tornando-a mais confortável e fácil. Ela tem muitos fins, dependendo desse fim da maneira como é usada. A ciência serve para esclarecer as nossas dúvidas e para nos ajudar em várias áreas do nosso dia-a-dia e da nossa vida.

Como ser um cientista?

Antes de mais, para se tornar um cientista, é preciso ser-se apaixonado pela ciência e curioso, pois vais passar a tua vida a estudar. Precisas também das bases de física, química, matemática e biologia do ensino secundário e da faculdade. Muitos dos problemas com que tu te vais confrontar podem ser resolvidos através de contas matemáticas ou aplicando conceitos físicos estudados anteriormente. Tem também em mente que os teus resultados obtidos a partir de experiências podem não corresponder às expectativas desejadas, por isso convém seres persistente e paciente.

Na faculdade e no secundário deves participar em trabalhos associados com a ciência em geral e deves também efetuar inúmeras pesquisas laboratoriais para saberes as diferentes reações dos componentes e a utilização dos instrumentos de laboratório.

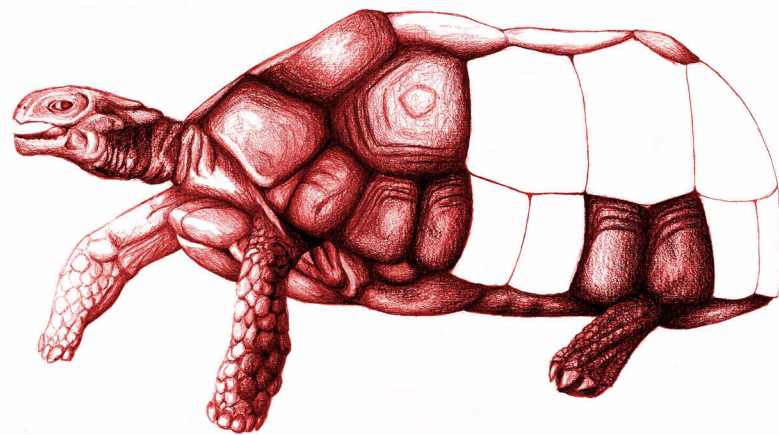
Mais tarde terás de te especializar numa área, por isso escolhe a mais apropriada para as tuas qualidades e gostos.

Após os estudos superiores deves estagiar em diferentes lugares como escolas, universidades e laboratórios. Fala também com os teus professores na faculdade para obteres contactos que te podem vir a ser úteis no futuro, seja para arranjar trabalho como para apoio em pesquisas.

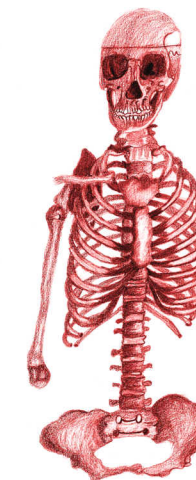
Cientistas que mudaram o Mundo

Quando pensamos em cientistas que mudaram o Mundo, vêm-nos logo à cabeça muitos nomes. Tantos cientistas fizeram uma ou mais coisas que alteraram a nossa maneira de pensar e permitiram-nos fazer coisas nunca antes imaginadas, que hoje são completamente banais. Newton, Einstein, Edison, Galileu, Bell, Tesla, Watt, Curie, Pasteur, etc., todos estes são bons exemplos de grandes cientistas, que mudaram a nossa maneira de ver as coisas e permitiram a criação de coisas que, hoje, consideramos banais, como computadores, telemóveis e rádio, e até bombas atómicas e energia nuclear.

Houve tantos cientistas que mudaram o mundo. Ainda hoje, constantemente são descobertas coisas novas, que, no futuro, provavelmente mudarão o mundo. Qualquer um de nós pode, um dia, vir a descobrir algo, ou a formular uma teoria, que mudará tudo o que considerávamos certo até aí. É uma questão de trabalhar para isso. Se calhar, um dia, estará o nosso nome na lista infundável de cientistas importantes que mudaram mundo.



Ana Ferreira



Bruna Carvalho

Turma sem Negativas

*O professor é competente? As condições da escola são adequadas?
As aulas são normais? O programa de Filosofia é acessível?*

David Almeida e Diogo Martins

“Turma sem Negativas” é um projeto produzido na disciplina de Filosofia por ocasião da abordagem do Tema “A Ação Humana: Rede conceptual da Ação”.

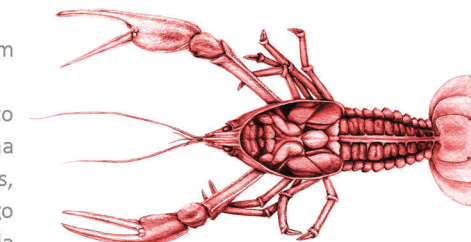
Apesar de toda a turma do 10.º D ter colaborado, destacamos os alunos que assumiram o projeto nos seus trabalhos de grupo: Daniela Tomás, David Almeida, Diogo Martins, Florina Fedorca, Irina Bravo, Margarida Almeida, Maria Correia, Mariana Damião, Bernardo Fonseca, Camila Rodrigues, Gonçalo Peres, Gonçalo Rodrigues, Maria Dhayna Freire, Rodrigo Domingos, Sancho Coelho e Tiago Silva. A versão do texto do projeto para a revista Fragmento ficou a cargo dos alunos David Almeida e Diogo Martins.

Objetivos

“Turma sem Negativas” é um projeto que estamos a desenvolver com o propósito de ajudar a turma a adquirir resultados positivos ao longo do ano letivo. Pode parecer uma conquista impossível, mas não é; ou seja, tentamos esclarecer o que a turma pode fazer em caso de dúvidas persistentes durante as aulas de uma ou várias disciplinas e quais os meios disponíveis para o auxílio dos alunos. Com este projeto esperamos uma turma com bons resultados nos testes e trabalhos afins que expliquem a nota, que certamente será positiva no final de cada período. Este projeto, no futuro, será muito útil para todos, tanto para as médias como para a preparação para o ano que se sucede.

Expectativa, Motivação e Consciência

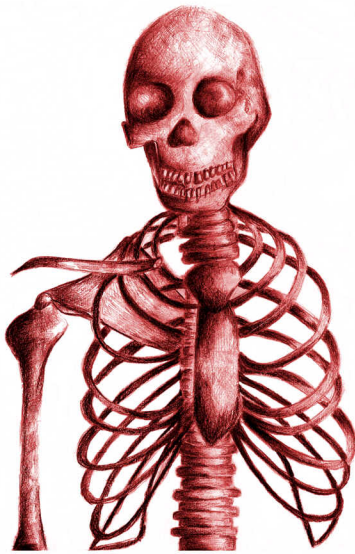
Os alunos querem passar de ano sem quaisquer negativas e com boas notas, é esta a expectativa. Com motivação, força de vontade e autodisciplina poderão chegar aonde pretendem. Todos os alunos têm que ter consciência do que querem para o seu futuro. É preciso manter uma atitude positiva, fazer os trabalhos regularmente, tirar dúvidas nas aulas, etc. Os alunos não podem desanimar logo à primeira negativa que tenham. É normal nos primeiros testes terem negativa, pois é uma mudança muito grande. Não se devem deixar levar, têm de continuar a estudar, esforçando-se e dedicando-se mais. Devem procurar ajuda para que isso não volte a acontecer. Se voltar a acontecer, têm de começar a preocuparem-se porque isso vai prejudicar a sua média no final do período ou do ano. É preciso esforço e dedicação porque é o futuro que está em jogo.



Margarida Lobato



Bernardo Pires



Vanessa Amaral



Rita Alexandra Ramos



Bernardo Pires

Recursos disponíveis

Na escola os alunos podem utilizar a Biblioteca, o Centro de Recursos e os apoios escolares dados pelos professores. Fora da escola também podem inscrever-se nos apoios dados pelas Juntas de Freguesia ou até centros de explicações com professores ou tutores. Quase todas as Juntas de Freguesia têm apoios escolares. Outras têm salas onde existem vários materiais tais como livros, computadores, dicionários e sobretudo pessoas a quem os alunos se podem dirigir para pedir ajuda; para isso basta terem dúvidas e força de vontade para irem à JF do local onde moram.

Existem, como em todas as turmas, alunos muito bons, alunos médios e alunos menos bons, isto é, que não têm capacidade de assimilar tão facilmente a matéria lecionada na aula como os alunos que são considerados medianos ou muito bons. Aqueles alunos que são bons que conseguem ter facilmente bons resultados ajudam aqueles que, mesmo estudando, não conseguem ter os resultados esperados.

Deliberação

Um dos principais aspetos que conduzem a uma turma sem negativas é a deliberação. Muitas vezes quando tentamos procurar uma decisão recorremos a deliberações. Todos entramos em contacto com situações em que temos razões para fazer X, mas, por outro lado, razões para não fazer X ou para fazer Y, querendo dizer que para agirmos temos então que pensar arduamente. Para determinarmos o nosso futuro perante os estudos, temos de deliberar sobre a situação que envolve um trabalho mental, por vezes árduo. A deliberação é o processo de reflexão sobre o que iremos decidir.

A deliberação pondera três razões: Técnicas, Prudenciais e Morais.

- Razões técnicas: As razões técnicas estão muito ligadas à eficiência da ação, ou seja, qual a maneira mais eficiente de fazer algo? Exemplo: Quando cozinhamos procuramos a melhor maneira de estrelar um ovo ou fritar batatas.

- Razões prudenciais: As razões prudenciais estão relacionadas com aquele que age de modo a que as consequências futuras sejam do seu interesse ou satisfação. Referem-se à decisão tomada pelo agente baseada na sua apreciação do futuro. Exemplo: Um estudante que decide moderar as saídas noturnas com os amigos para obter vantagens cognitivas no futuro. Podemos então entender que o agente tomou uma decisão de agir de modo a ter um futuro que o beneficie.

- Razões morais: As razões morais e prudenciais recomendam por norma ações diferentes e incompatíveis, ou seja, os atos são baseados nas consequências, que geralmente são opostas. Exemplo: Suponhamos que o estudante do exemplo anterior que modera as suas saídas, pela mesma razão prudencial não socorre um amigo que necessita de ajuda, sendo então possível concluir que o seu comportamento é moralmente incorreto.

Elenco de algumas variáveis para a deliberação sobre a “Turma Sem Negativas”:

- O professor é competente?

- As condições da escola são adequadas?

- As aulas são normais?

- O programa de Filosofia é acessível?

- Competência do professor: Um projeto com ambições de alcançar bons resultados não depende inteiramente do aluno. É verdade que este tem que se empenhar e mostrar ser capaz e responsável, mas as bases da disciplina são passadas do professor para o aluno, para mais tarde poder ser o aluno a passá-las ao Mundo da sua própria maneira. Este processo pode-se tornar difícil se um dos elos não funcionar propriamente, ou seja, se o professor não apresentar características como preocupação, motivação e conhecimento da matéria.

- Condições da escola: De facto, numa escola com condições adequadas e favoráveis ao ensino, não só da turma, mas sim de todos os estudantes do mesmo estabelecimento, o ambiente torna-se mais saudável e ajuda a uma melhor interação de alunos. Como consequência desse clima positivo, a aprendizagem torna-se mais fácil e disso resultam boas classificações. Se, pelo contrário, a escola não estiver apta para oferecer um bom clima de aprendizagem aos alunos, condições para que estes consigam obter resultados positivos ao longo do ano, a escola não tem sucesso. Mais, uma escola sem condições adequadas afeta os alunos psicologicamente, pois estes não se sentem bem onde estudam.

- Normalidade das aulas: As aulas são o produto da qualidade do docente e da qualidade da escola em si; isto é, se a sala de aula tem condições para que as aulas fluam corretamente. Por exemplo,

computador, projetor, quadro, espaço, etc; e a qualidade do docente, que, como foi há pouco referido também tem um papel decisivo na aprendizagem do aluno. Mas uma das grandes condicionantes são os alunos, grande parte da aula resume-se à atitude que estes têm na própria sala. O professor sozinho não consegue ensinar, tem que ter a “ajuda” dos alunos. Se querem aprender e ter boas qualificações, ficam calados e respondem às perguntas do professor; ou então, se são uma cambada de imbecis e só perturbam a aula, na esperança de que o outro ache imensa piada, não há hipótese alguma de haver condições favoráveis à aprendizagem.

O programa de Filosofia: No programa de Filosofia abordam-se temas que surgem no quotidiano e não só. Também se abordam temas muito discutidos como a existência de Deus. De certa forma o programa é acessível por ser interessante mas pouco acessível devido à dificuldade de algumas matérias.

Como atingir o nosso objetivo?

Para além dos fatores já referidos, conseguirmos uma turma sem negativas depende de várias condicionantes:

- Dedicação, Entusiasmo e Motivação à Estes são alguns dos principais fatores, pois desempenham o papel de “motor”, ou seja, permitem-nos obter bons resultados, partindo do princípio de que cada aluno faz aquilo de que gosta.

- Trabalho, Estudo e Empenho à São estes os fatores, apenas alguns, que fazem cada aluno ser aquilo que é, dependendo do quanto trabalham, o tempo de estudo e a quantidade de empenho que deposita na escola.

- Consciência e Organização à Estes indicadores referem-se à maneira como cada aluno interpreta o seu nível académico e o grau de complexidade do ensino. O aluno tem de ter consciência de que está num ensino mais exigente. Relativamente à organização do estudo, também vai aumentando com o grau académico do aluno, ou seja, o estudo será mais regular.

Nunca se deve recorrer ao bullying / violência contra o professor da disciplina. Esta afirmação justifica-se pelo simples facto de que este género de ação é evidência de desespero e trará, obviamente, uma relação pouco, ou nada, agradável entre o aluno e o professor, que, posteriormente, prejudicará o desempenho produtivo nas aulas da disciplina, o que será um obstáculo na concretização do projeto.

Aceita-se a visão da turma como um todo, a entreajuda, pesquisas na internet, tirar dúvidas nas aulas, estudar, estar atento, atitudes positivas e cooperação. Para chegar ao seu auge uma turma deve-se entreajudar. Para se estabelecer harmonia na turma, aqueles que apresentem ter mais facilidade na perceção e na realização dos exercícios propostos pelo professor devem procurar ajudar aqueles com mais dificuldades. Um fator muito importante neste tópico é a motivação do aluno mais fraco, pois apenas deve ser ajudado aquele que trabalha e que quer ser ajudado.

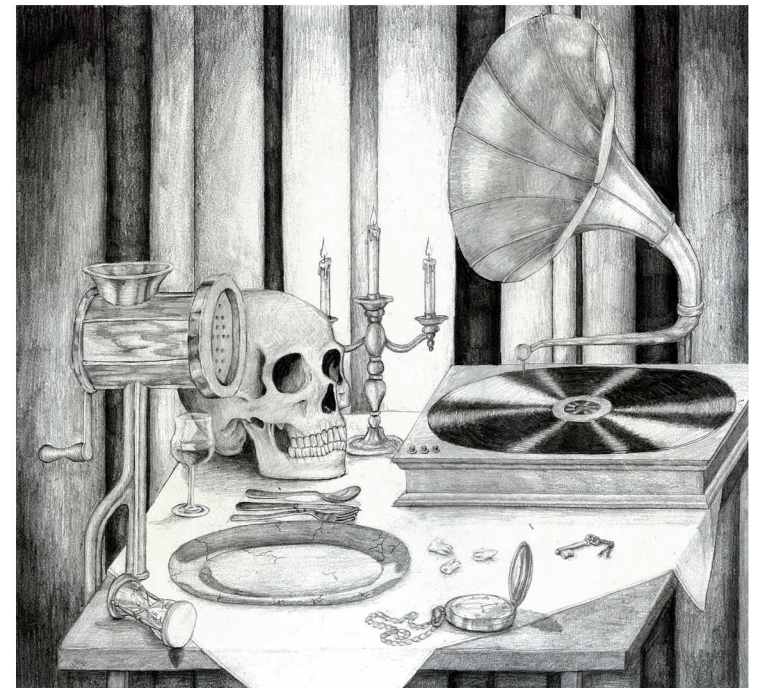
Conclusão

Como é possível observar, com este trabalho / projeto pretendemos sensibilizar a turma ao mostrar que é possível atingir qualquer objetivo pretendido, sendo necessário apenas satisfazer os tópicos abordados neste mesmo projeto e seguir à risca um plano de estudo regular. Com isto o aluno consegue bons resultados ao longo do ano letivo; mas a turma funciona como um grupo só, tentando que os membros da mesma se sintam confortáveis com o ambiente e com a matéria lecionada.

Por exemplo, quando um aluno não se sente à vontade com a disciplina, o papel da turma é tentar expor o problema e evitar que as dúvidas se tornem irreversíveis de modo a que os resultados da turma sejam, no geral, positivos pelas notas, pelos resultados obtidos e pela entreajuda existente no grupo.



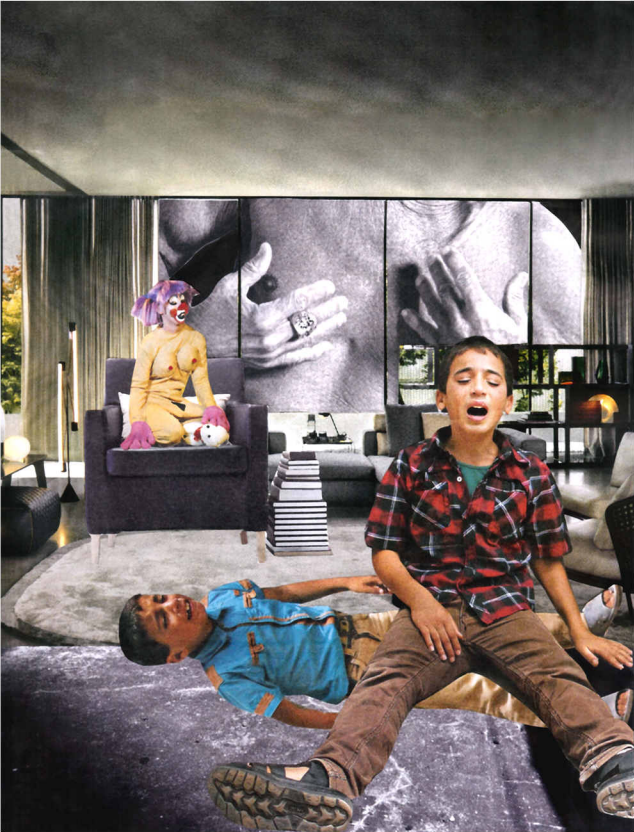
Brenda Côrte



Margarida Lobato



Joana Lourenço



Filipa Carvalho Dias

Coadoção Homossexual

«[...] estudos sugerem que pais homossexuais são tão competentes quanto pais heterossexuais para melhorar e motivar um ambiente saudável para os filhos. O desenvolvimento, ajustamento e bem-estar das crianças criadas em famílias homoparentais não difere das crianças criadas por famílias heteroparentais»



Maria Beatriz Serpa

Maria Inês Sousa

O problema que se estende por todo o mundo atualmente é o problema da coadoção por casais homossexuais na forma de uma adoção conjunta. Coadoção por um dos parceiros de um casal homossexual do filho biológico ou adotivo do cônjuge ou parceiro. Desta forma, entende-se por coadoção o ato jurídico pelo qual se estabelece relação legal de filiação com o filho do cônjuge ou afim.

A coadoção por casais homossexuais é legal em 8 países europeus: Suécia (1-2-2001), Espanha (3-7-2005), Andorra (7-7- 2005), Bélgica (21-4-2006), Islândia (27-6-2006), Noruega (1-1-2009), Dinamarca (1-7-2010) e Reino Unido (Inglaterra e País de Gales em 30-12-2005 e Escócia em 28-9-2009).

Existem várias preocupações que colocam em causa a coadoção de crianças por casais homossexuais. Uma delas é saber se casais de pessoas do mesmo sexo têm a capacidade de serem pais adequados. Outra defende que mesmo que o "direito" dos adultos a adotar exista, ele não se pode sobrepor ao direito das crianças a terem um pai e uma mãe, mesmo que psicólogos afirmem que o importante é a relação entre os progenitores e a criança e não a orientação sexual dos mesmos, tornando, desta forma, este problema algo tão discutido mundialmente. Os casais homossexuais estarão aptos para o desempenho dos papéis de “mãe” e “pai”?

Estudos realizados a várias crianças de famílias homoparentais e heteroparentais mostram que casais homossexuais têm tantas competências parentais, nos vários níveis de desenvolvimento das crianças, quanto os casais heterossexuais. Tal como estes, os casais homossexuais conseguem proporcionar um ambiente de amor, carinho e segurança e os elementos favoráveis ao desenvolvimento da criança.

Uma outra preocupação é o desenvolvimento das crianças adotadas. Ao longo das suas vidas poderão ser discriminadas por crescerem num meio diferente, poderão criar traumas e ser vítimas de abusos verbais, psicológicos, ou físicos por parte de outras crianças e adultos por terem dois pais ou duas mães e não dois progenitores de sexos diferentes.

Estudos comprovam que na realidade 37% das crianças adotadas já foram vítimas de bullying e estigma social devido à orientação sexual dos seus progenitores. O mesmo tipo de abusos que muitas vezes acontece com base na etnia, minorias, religião e incapacidade ou deficiência das crianças. Abusos recorrentes que acontecem devido à incapacidade de seguirem os padrões de uma determinada sociedade.

Temos também que relembrar que a probabilidade de uma criança (cujos pais sejam homossexuais) ser vítima de maus tratos é igual a uma criança com pais heterossexuais dado que os abusos são baseados em variados fatores.

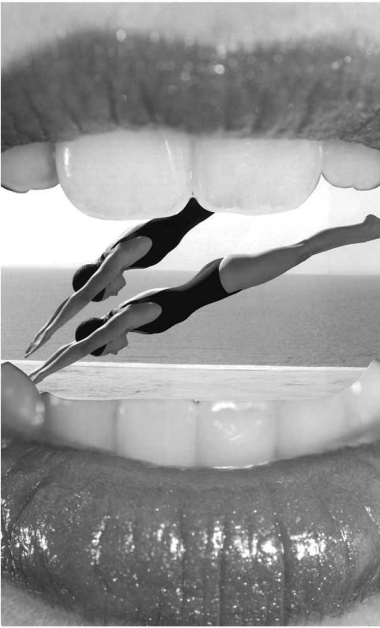
Outra questão polémica, segundo a Ordem dos Psicólogos, é: «É preferível uma criança viver numa instituição a viver numa família homoparental?» Foram desenvolvidos vários estudos sobre os efeitos da institucionalização de crianças e estes estudos mostram que a institucionalização tem um impacto inúmeras vezes mais negativo – quer a nível social, físico, emocional, comportamental ou intelectual – do que uma criança adotada por uma família homoparental. Estudos feitos a crianças institucionalizadas comprovaram que depois de terem sido adotadas por casais homo e heterossexuais «demonstraram redução dos sinais de retirada emocional, afetos mais positivos, redução da prevalência de perturbações da saúde mental» (depressões e toxic dependências, entre outros). Portanto, a resposta a esta pergunta é não. Enquanto a institucionalização de crianças tem efeitos negativos a nível psicológico, cognitivo, emocional e social, as crianças que vivem num ambiente homossexual não sofrem estes problemas.

Temos que estar conscientes de que a adoção individual já é permitida, independentemente da orientação sexual do adotante, mas não a adoção conjunta por um casal do mesmo sexo. Coloca-se então um novo problema: Porquê permitir a adoção de uma criança a um indivíduo homossexual e negar a adoção a um casal que tem uma vida mais estável em vários níveis? A Associação Americana de Psicologia (APA) afirmou em 2004:

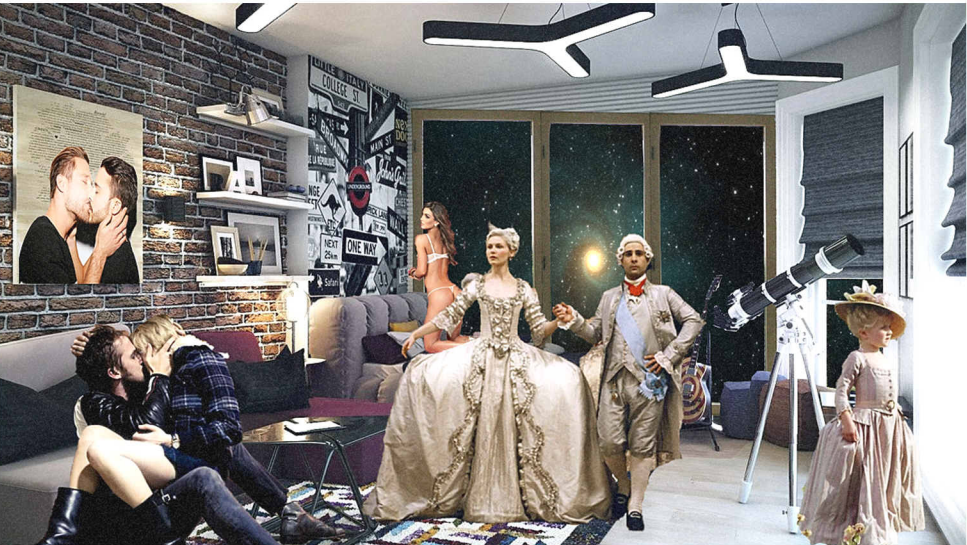
«Não existe qualquer tipo de provas científicas que conclua que casais homossexuais sejam considerados progenitores incapazes com base na sua orientação sexual. (Armesto, 2002; Patterson, 2000; Tasker & Golombok, 1997). Pelo contrário, estudos sugerem que pais homossexuais são tão competentes quanto pais heterossexuais para melhorar e motivar um ambiente saudável para os filhos. O desenvolvimento, ajustamento e bem-estar das crianças criadas em famílias homoparentais não difere das crianças criadas por famílias heteroparentais»

Psicólogos afirmam que «Um desenvolvimento saudável não depende da orientação sexual dos pais, mas sim da qualidade da relação entre pais e filhos.»

A sociedade em que vivemos tem certas ideias preconcebidas daquilo que é uma família tradicional: uma mãe, um pai e eventualmente irmãos e irmãs. Luís de Camões dizia:



Rita Castel-Branco



Joana Augusto



Maria Carolina Nunes

«Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança:
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.»

E no fundo é disto que se trata: enquanto seres humanos evoluímos, mudamos a forma de pensar e de viver. Há uma evolução intelectual, mas também emocional. E da mesma maneira que nos adaptamos às mudanças físicas, temos que nos adaptar às mudanças emocionais. E a homossexualidade é cada vez mais uma realidade na sociedade de hoje. Todos os seres humanos têm os mesmos direitos. E escolher a sua orientação sexual é um deles e não há forma de mudar as pessoas, a sua maneira de sentir. Não se mudam as emoções com religião, psicologia ou terapias. Todo o ser humano tem o direito de amar, de querer ter uma família, mesmo que isso implique uma mudança ou então ver o mundo de uma perspetiva diferente. Não há razões científicas ou psicológicas que impeçam a adoção de crianças por casais homossexuais. O que se coloca verdadeiramente em questão é se a homossexualidade foi realmente aceite pela sociedade de hoje em dia. Ou se não se trata de hipocrisia quando dizem: “Eu aceito a orientação sexual de cada um!”

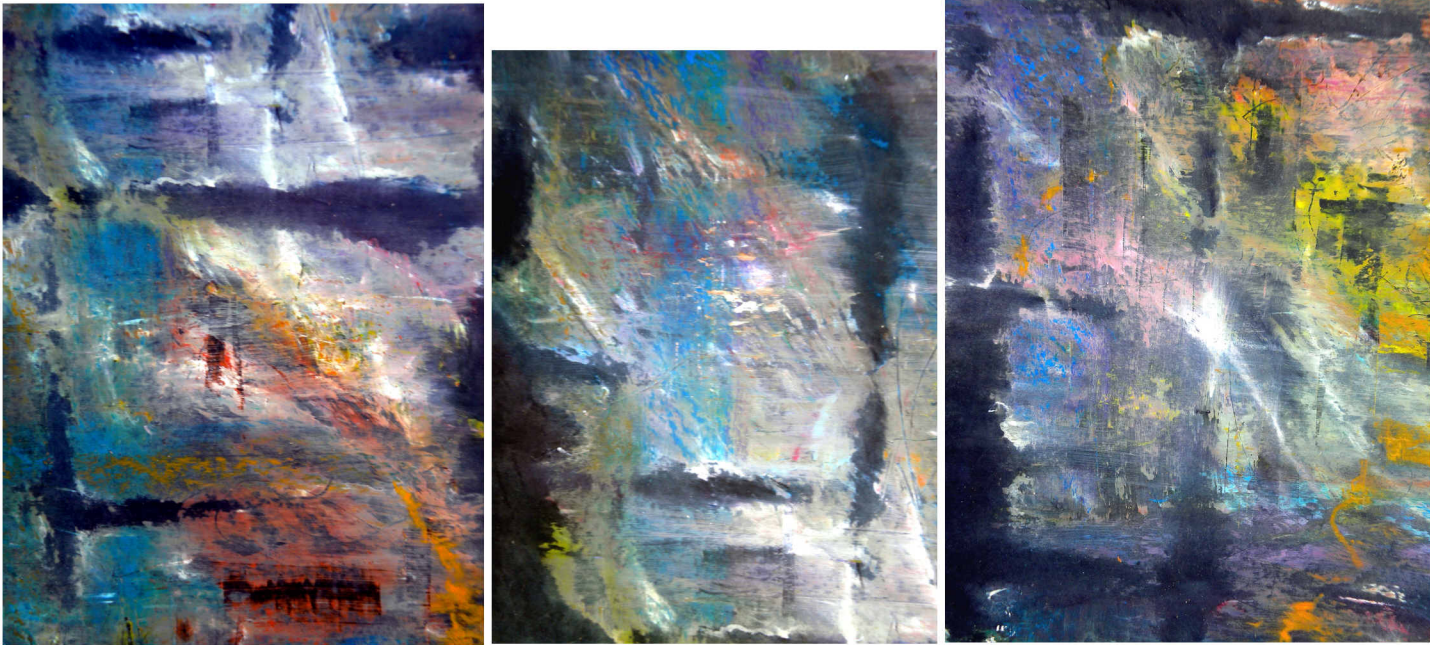
Bibliografia:

<http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/sociedade/detalhe/ordem-dos- psicologos-aprova-co-adocao-por-casais-gay.html>
<http://www.esquerda.net/artigo/parlamento-aprova-co-ado%C3%A7%C3%A3o-por-casais-do-mesmo-sexo/27886>
<http://doportugalprofundo.blogspot.pt/2013/05/projeto-de-lei-de-coadocao-por-casais.html>
http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3307942
https://www.ordemospsicologos.pt/ficheiros/documentos/relatao-rio_de_evidancia_cientaifica_psicolaogica_sobre_as_relaa_aoes_familiares_e_o_desenvolvimento_infantil_nas_famailias.pdf
<http://expresso.sapo.pt/parlamento-aprova-coadocao-por-casais-homossexuais=f807709>

<http://www.priberam.pt/dlpo/coado%C3%A7%C3%A3o>
<http://p3.publico.pt/atualidade/sociedade/7973/porque-votar-favor-da-co-adocao-pelo-conjuge-ou-unido-de-facto-do-mesmo-s>
<https://www.youtube.com/watch?v=iihXgrL36dU>
<https://www.youtube.com/watch?v=iihXgrL36dU>
<http://www.apa.org/about/policy/parenting.aspx>



Rita Carvalho Dias



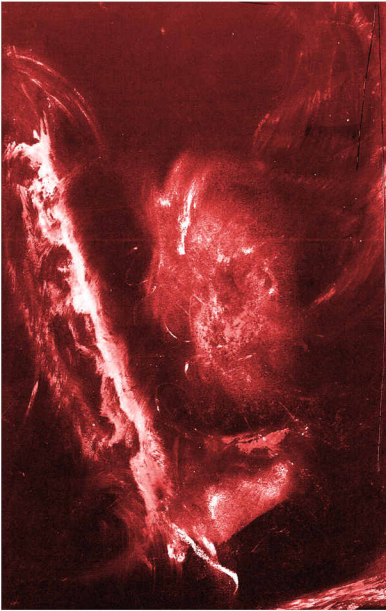
Rita Alexandra Ramos

Biológico ou Espiritual

O mistério da estrutura que é o ser humano leva-o a debater-se, a confrontar-se com a questão última: “O que sou?”. Trata-se de uma questão que coloca em oposição o espiritualismo e a matéria, ou melhor, a alma e o corpo, ou melhor ainda a individualidade e a unidade.

Cláudia Marques Contreiras

A cultura ocidental edificou-se na análise do Homem animal racional. A face obscura, instintiva, concretamente animal é subjugada pela força da razão, vontade, abstratamente racional. O mistério da estrutura que é o ser humano leva-o a debater-se, a confrontar-se com a questão última: “O que sou?”. Trata-se de uma questão que coloca em oposição o espiritualismo e a matéria, ou melhor, a alma e o corpo, ou melhor ainda a individualidade e a unidade. Admitir uma dimensão é recusar firmemente a outra. A alma vestiu-se ao longo da odisseia da humanidade de várias personagens. Cada filósofo, pensador e psicólogo atribuiu-lhe uma interpretação. Platão, filósofo grego da antiguidade, na obra Fédon disserta acerca da Natureza da Alma. Defende a existência da dualidade corpo-alma. A última, habitante do Mundo Inteligível ou das Ideias – entenda-se como real, eterno, imutável –, é o princípio da vida, da sabedoria, totalmente independente do corpo, daquele que deambula no Mundo Sensível ou das Formas, fonte de ilusão e mudança. A alma é a única dimensão real e que atua distante do corpo, a prisão corpórea. Filósofos posteriores como Aristóteles e Descartes aprofundaram o estudo do espiritual. Já no século XX, o neurologista António Damásio sugere, nas suas obras, a compreensão da mente a partir do cérebro, colocando em causa a dualidade corpo-alma. Denegando-a, defende que a mente é na verdade uma produção do cérebro, um produto de mensagens elétricas. Na sua tese, os sentidos através de processos de ativação nervosa e as emoções – padrões de ativação nervosa correspondentes a estados intrínsecos de cada um – cooperam na construção do conhecimento exterior e compreensão dos fenómenos. O organismo é uma totalidade cuja funcionalidade assenta na harmonia interativa entre o meio externo e interno ao corpo. O psicólogo assassina qualquer indício de espiritualismo e dualidade. A alma não é mais do que um conjunto de processos nervosos controlados e estimulados pelo cérebro. Mais, o corpo e a mente agem como um só.



Brenda Côrte



Camila Sanz



Daniela Costa



Bernardo Pires

O percurso existencial é um poço de interrogações ingênuas e contudo perturbadoras. Vivemos para encontrar o sentido de viver. Uns encontram esse sentido na religião, outros na Ciência e alguns nunca o chegam a encontrar. Independentemente da bagagem que esse sentido acarreta, ele é perfeito. Sendo perfeito torna-se por si só inacessível, impossível de ser alcançável. Reduz-se a um ideal regulador das nossas opções.

Resgatando a posição anacrônica de Platão, acredito que a alma é a substância do Homem, substância esta insólita, incorpórea que anima o corpo e transcende qualquer biologismo ou processo mental. O espiritualismo é inato, porque ser humano implica ser inseguro, ser imperfeito, errar, lacrimejar... A angústia e o medo invasores levam-nos a confiar em forças superiores, incompreensíveis e sem forma, levam-nos a esperar no espiritualismo.

Imaginemos duas pessoas, hipoteticamente, geneticamente idênticas, isto é, como que fotocópias, clones perfeitos. Viveriam as mesmas experiências, cresceriam no mesmo contexto social, com a mesma família e estabeleceriam exatamente as mesmas relações com outros. Seriam iguais, sim fisicamente. Mas, psicologicamente seriam diferentes, pensariam de forma diferente, sentiriam de forma diferente, reagiriam de forma diferente. Esta dissemelhança ultrapassa qualquer materialismo, sobrepõe-se à genética, ofusca a objetividade dos processos da massa cinzenta. A própria sociedade reflete o espiritualismo: não existem e não existirão dois Homens iguais na história do mundo. A alma desmascara a ilusão da globalização e a consequente heterogeneidade humaniza a sociedade.

Acreditar na alma é acreditar na grandeza ilimitada da condição humana, acreditar que o Homem tem algo que o define. O descrédito do espiritualismo restringe o Homem a um autómato que age, pensa, respira, mecanicamente, indiferentemente, desumanamente.

Sitografia:

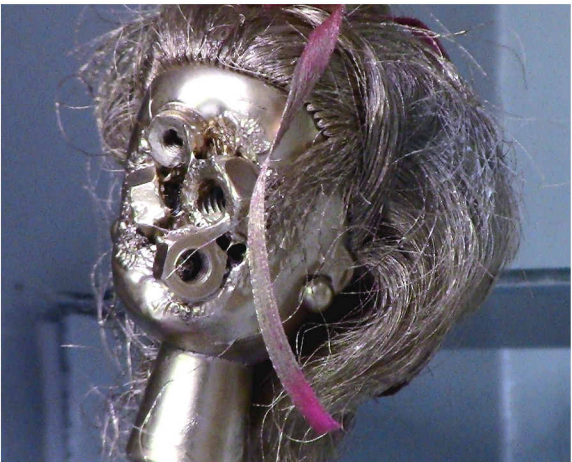
https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&sqi=2&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.fffch.usp.br%2Fetrasclassicas%2Farticle%2Fdownload%2F597%2F535&ei=JCh-VOOn_B8L4yQTQgIHgBg&usg=AFQjCNHRmvEmMXQlIpS6yU03f2qMvcDNjg&bvm=bv.80642063,d.aWw

[http://www.infopedia.pt/\\$platao](http://www.infopedia.pt/$platao)

<https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CDcQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.wook.pt%2Fauthors%2Fdetail%2Fid%2F2756&ei=oCh-VPLsBMSzyAS2j4GQBw&usg=AFQjCNG-hbcprkE5Mk6tBcHcj4AgKkrpVw&bvm=bv.80642063,d.aWw>



Joana Ratão



Será que Podemos Condicionar o Comportamento das Pessoas?

Um adulto, raras exceções, já tem a sua personalidade formada, as suas ideias fixas, a sua forma de pensar, sendo muito difícil fazer com que alguém molde a sua maneira de ser e condicione o seu comportamento. Com as crianças, o condicionamento do comportamento é uma tarefa mais fácil, é em criança que se recebem os primeiros estímulos e com os primeiros estímulos vêm as primeiras respostas.

Rafael Cunha Jóia

A Psicologia tem como principal objetivo o estudo do comportamento. Desde o século XIX que o faz numa vertente científica, que foi iniciada por Wundt, com o estudo dos fenómenos mentais através da introspeção e, posteriormente, com Watson que utiliza o método experimental no estudo do comportamento, recorrendo a termos como o estímulo, a resposta, a integração de hábitos, a aprendizagem e outros similares. É com este psicólogo que se inicia uma das correntes de estudo do comportamento mais influentes, o Behaviorismo. O Behaviorismo demarca-se de uma forma radical da psicologia tradicional, renunciando ao estudo da consciência como objeto da psicologia científica; não negava a consciência, mas afirmava que a análise dos estados de espírito, bem como a procura das suas causas, só poderá interessar ao sujeito no âmbito da sua vida pessoal. A teoria Behaviorista foi a primeira teoria na Psicologia que se limitou à observação do comportamento externo do sujeito, usando o método experimental; assumia a finalidade de prever e controlar o comportamento, equiparando assim a Psicologia às ciências naturais. O behaviorismo diz-nos que o comportamento é o conjunto de respostas observáveis dadas a estímulos observáveis, provenientes do meio em que o organismo se insere. São exemplos de estímulos externos, os raios luminosos, as partículas que afetam o olfato e vibrações mecânicas. São exemplos de estímulos internos o movimento dos músculos, as contrações do estômago provocados pela fome e a secreção das glândulas. De acordo com esta corrente, o ser Humano é um produto do meio pois é o meio que nos “bombardeia” todos os dias com estímulos e é no interior de um determinado meio que se forma e ganha sentido uma resposta. Segundo Watson: “Nós somos o que fazemos e o que fazemos é o que o meio nos faz fazer”. Apesar disso, o autor reconhece que a genética e a hereditariedade têm um papel importante na formação das pessoas; contudo, a sociedade é a grande modeladora do desenvolvimento, principalmente nas crianças, cujo desenvolvimento é modelado pela experiência e a experiência é estimulada pelo meio.



Ana Rita Jorge



Joana Ratão



Francisca Haour



Gabriela Menezes



João Gouveia

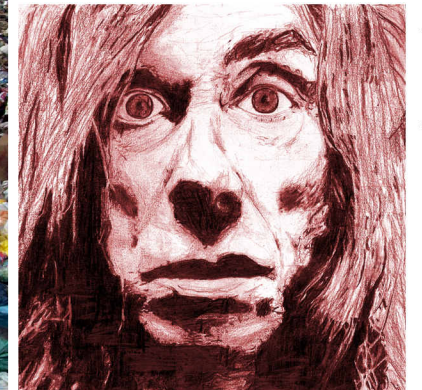
Na minha opinião, a resposta à pergunta “Será que podemos condicionar o comportamento das pessoas?” é afirmativa. Ao longo da história constatamos a existência de regimes políticos repressivos que influenciaram e convenceram as pessoas, através da violência e da repressão em geral, a pensar de uma certa maneira ou a mudar o seu comportamento. Podemos referir como exemplo de condicionamento do comportamento do ser humano, no século XX, o triunfo de várias revoluções fascistas em países como a Alemanha ou a Itália, que condicionaram populações inteiras pelo medo, inibindo a liberdade de expressão; se alguém se atrevesse a pensar, ou a agir de forma contrária à do regime seria castigado.

No entanto, na minha opinião, este tipo de condicionamento, por meio da força, não será tão forte e eficaz como aquele que podemos realizar nas crianças. Condicionar um adulto e condicionar uma criança é extremamente diferente. Um adulto, raras exceções, já tem a sua personalidade formada, as suas ideias fixas, a sua forma de pensar, sendo muito difícil fazer com que alguém molde a sua maneira de ser e condicione o seu comportamento. Com as crianças, o condicionamento do comportamento é uma tarefa mais fácil, é em criança que se recebem os primeiros estímulos e com os primeiros estímulos vêm as primeiras respostas. Se os estímulos forem dados em função do modo como queremos que a criança responda, então desde logo estamos a condicionar o seu comportamento. Em criança a pessoa não tem a sua personalidade formada, nem tem ideias fixas e não sabe como responder melhor ou adequadamente aos estímulos do meio, por isso é muito influenciável. Na minha opinião, é por esta razão que é fácil condicionar o comportamento de uma criança, o que não acontece com a mesma facilidade no adulto.

Podemos concluir que todas as pessoas são condicionadas pelo meio ambiente; no entanto, as crianças sê-lo-ão sempre mais do que os adultos. Todos somos condicionados, o que fazemos é o que o meio nos faz fazer.



Filipa de Sousa



Sofia Fernandes

Será o Ser Humano um Produto do Meio?

Cada um tem a possibilidade de se tornar naquilo que quer ser, com menor ou maior dificuldade, pois todos nós temos a capacidade de avaliar comportamentos que nunca experienciámos e de modelar conscientemente as nossas atitudes.

Sara Sequeira

Já Watson dizia “Deem-me uma dúzia de crianças sadias, bem constituídas, (...) e eu garanto que, tomando qualquer uma delas ao acaso, prepará-la-ei para se tornar um especialista que eu selecione (...)”. Com esta sua perspectiva, que ficou conhecida como Behaviorismo, o autor encara o nascimento do ser humano como que uma página em branco que, ao longo do tempo e em função do meio, seria preenchida. Watson afirma que através do estabelecimento de correlações entre estímulos e respostas somos capazes de prever e controlar o comportamento. Segundo esta corrente, o nosso comportamento é o conjunto de respostas observáveis a estímulos que provêm do meio, mas será que dentro do mesmo meio o sujeito tenderá a dar as mesmas respostas? Não será esta uma visão generalista do comportamento?

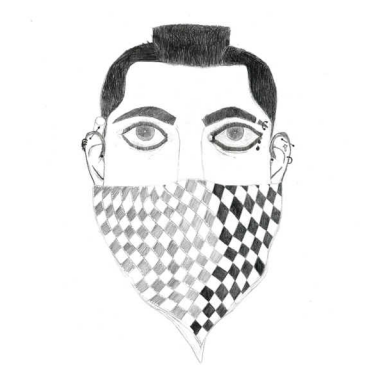
Não posso negar que somos, de certo modo, influenciados pelo meio em que vivemos, nem mesmo negar que a sociedade em que vivemos exerce uma influência poderosa sobre o nosso modo de agir e de pensar, mas também não posso afirmar que, por exemplo, dois irmãos terão as mesmas características por terem sido educados exatamente da mesma forma e exatamente no mesmo meio de aprendizagem. Digam o que disserem, os fatores hereditários têm um grande peso na formação da personalidade de cada indivíduo. Lá porque uma pessoa nasceu na rua e sempre viveu num ambiente violento e obscuro, onde não existiam regras nem obrigações, isso não significa que ela própria reproduza esses comportamentos e adote os mesmos valores. Cada um tem a possibilidade de se tornar naquilo que quer ser, com menor ou maior dificuldade, pois todos nós temos a capacidade de avaliar comportamentos que nunca experienciámos e de modelar conscientemente as nossas atitudes. As nossas crenças e os nossos valores são moldados, não só de acordo com o ambiente no qual estamos inseridos, mas em função do que achamos ou não que devemos ter como princípios fundamentais da nossa vida. Penso que cada um não é aquilo que tem de ser mas sim aquilo que quer ser pois, afinal de contas, somos almas pensantes e racionais. Ainda que o meio propicie a que sejamos X penso que, se quisermos, podemos tornar-nos Y.



Beatriz Marques



Duarte Bonniz



João Tacanho

Por outro lado, com a substituição de comportamentos ditos incorretos por aqueles que achamos ser corretos, numa tentativa de uniformizá-los, quer pela modificação de respostas por associação de estímulos (Condicionamento Clássico), quer pela modificação do nosso comportamento através do reforço (Condicionamento Operante) não estaremos a manipular a sociedade? Não estaremos a esquecer o papel do indivíduo, desvalorizando-o, e a abandonar a variabilidade de respostas humanas face às situações? Somos seres inteligentes, capazes de construir os nossos valores a partir das nossas próprias ações, da nossa experiência de vida e dos juízos que dela fazemos, e não apenas por aprendizagens condicionadas. E mesmo se, realmente, conseguíssemos controlar o comportamento da sociedade, será que o deveríamos fazer? Se, tal como Watson, acreditarmos que somos um produto do meio, não estaremos a afirmar que a vida e o ambiente em que vivemos nos encurrala? Não estaremos a ameaçar, desta forma, a liberdade humana? A conquista da liberdade é de extrema importância e é mais uma das características que nos torna lutadores e nos distingue de todos os outros seres.

Toda a adaptação ao meio depende das nossas características hereditárias. Todos queremos agradar e ser agradados e, por isso, tendemos a recorrer a certos comportamentos, comportamentos estes que vão sempre ter um caráter individual e pessoal. É normal que um indivíduo mais influenciável se relacione e seja mais condicionado pelo meio em que vive do que um indivíduo mais independente, mas lá está, cada um se adapta ao meio consoante a sua maneira de pensar e de ser! Assim, acredito que somos um produto seletivo do meio e que temos que ser nós próprios a escolher o meio que se adequa e enquadra aos nossos princípios morais. O meio influencia-nos e molda-nos mas cada um, com a sua personalidade, experiência de vida e leque de valores, tenderá a evoluir num certo caminho, num certo sentido.

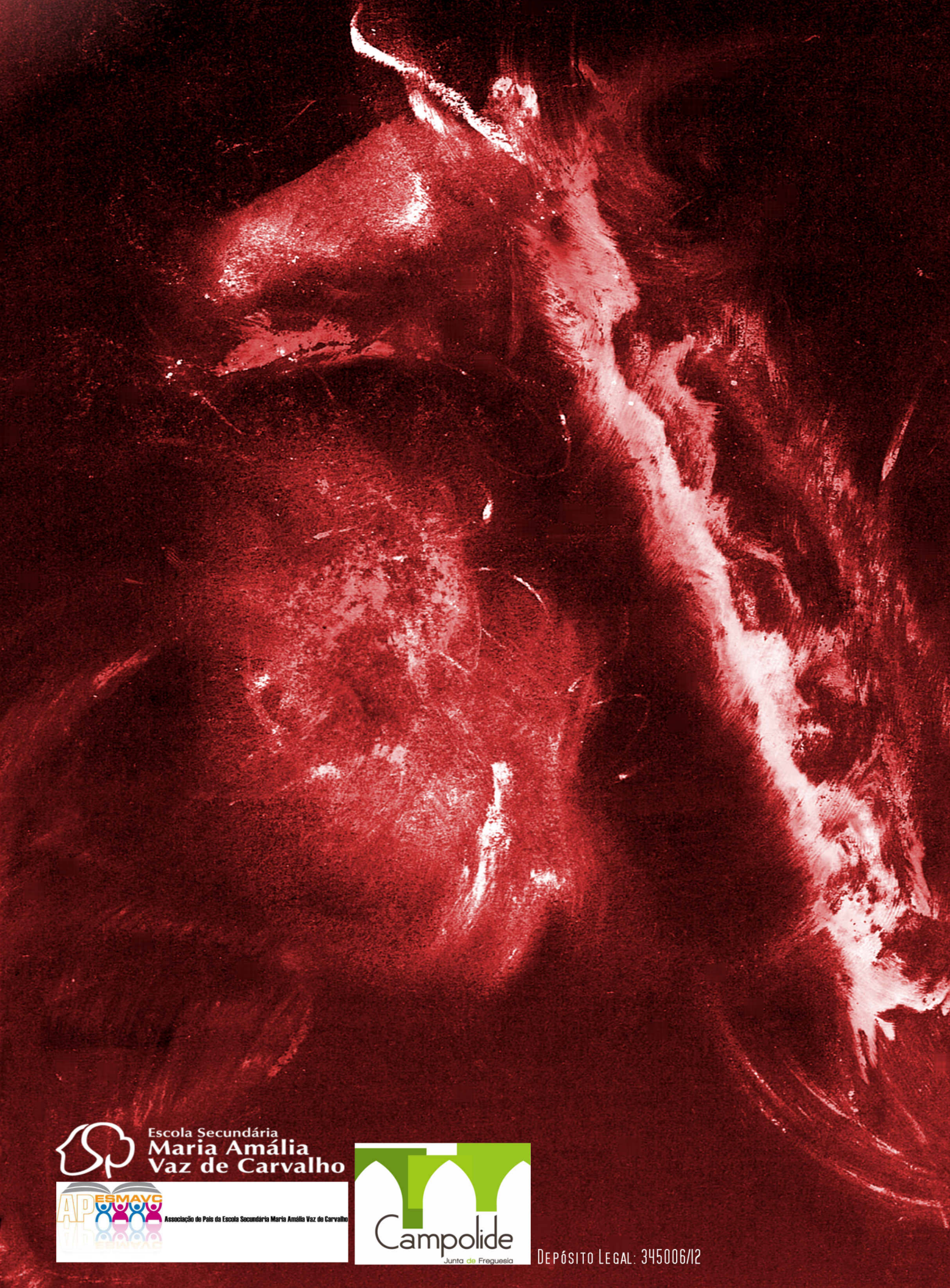
Bibliografia:

- Monteiro, Manuela e Ferreira, Pedro (2014). Ser Humano – Psicologia B – 12.º ano, Porto Editora, Porto.

Era Uma Vez um Mundo Preto

Gonçalo Naves

- Mas meu pai, será este nosso mundo assim tão pior que o tal outro que meu pai visitou?
- Dizer-te se é este pior ou o outro melhor não devo eu meu filho. Asseguro-te, com nenhuma dúvida, que decerto diferentes são.
- Diga-me então o meu pai que diferenças notou.
- Pois te diz o teu pai que este aqui em que nossos pés assentam bem mais colorido é que o outro.
- Continue meu pai que tão interessado estou eu.
-Vês tu aquela árvore acolá? Atenta-lhe nas cores. Castanho é o tronco, verdes as folhas e brancas as flores. Quando vier o fruto, que pouco tardará, pois também vermelha será. No outro mundo em que estive eu aquela mesma árvore existe naquele exato sítio, só que toda de cor preta.
- Está meu pai a reinar comigo? Árvores pretas não existem. Além disso, se toda preta era, como sabe meu pai que de uma árvore se trata-va?
- Uma árvore era por certo porque dela vi passarinhos a voar. Queres tu saber mais coisas do outro mundo?
- Conte-me meu pai.
- No outro mundo de cor preta é a água dos rios. De cor preta são as estrelas e de cor preta são todos os dias que passam.
- Meu pai, essoutro mundo que me conta, todo ele preto é?
- Todo ele preto é.
- Que infelizes serão essas pessoas meu pai, que triste será a vida que levam. Que pena delas tenho eu.
- Tanto te enganas tu, meu filho. Todas elas mais felizes que nós são, bem vi eu com estes olhos que te olham agora.
- Mas como mais felizes são elas que nós se todo o mundo em que vivem preto é e o nosso tantas cores tem?
- Meu filho, são-no porque durante toda a vida só o preto conheceram. Mais nenhum mundo conheceram, mais cores não viram. Como mais nada conhecem, acham que tudo têm. Já nós conhecemos o nosso mundo, tantas cores que ele tem, tão belo que ele é, tantos paraísos temos nós, mas conhecemos também essoutro, essoutro que não podemos ter, essoutra cor que nunca havemos de ver neste mundo. Somos nós infelizes por nos faltar um nada que conhecemos. São eles felizes por terem o único nada que conhecem.



Escola Secundária
Maria Amália
Vaz de Carvalho



Associação de Pais da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho



DEPÓSITO LEGAL: 345006/12